



E-BOOK

OAB 44º

PROVA COMENTADA



APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Advogado(a), tudo certo?!

Em 17/08/2025, foi aplicada a prova da primeira fase do **44º Exame da Ordem dos Advogados do Brasil**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial e analisou o gabarito oficial da FGV, os quais serão apresentados juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, observarem os comentários, e comentarem as questões da prova:

<https://oab.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/e25d4f76-afbc-4b92-ab4a-17c87a0152ad>

Por fim, vocês poderão acompanhar os eventos e cursos para a fase discursiva, bem como outras novidades envolvendo o Exame de Ordem no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia OAB - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA -

44º EXAME DE ORDEM

QUESTÃO 01. Antônia, advogada atuante na área previdenciária, foi consultada por Osvaldo sobre a possibilidade de propor ação judicial contra decisão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando à obtenção de benefício previdenciário indeferido na via administrativa.

Ao estudar o caso, Antônia verificou que o indeferimento do benefício havia se dado com base em dispositivo claro e expresso da lei que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social; e que não havia, até aquele momento, notícia de precedente judicial favorável à pretensão de Osvaldo. Essas informações, bem como os riscos de eventual ação judicial, foram prestadas de modo claro e inequívoco por Antônia ao cliente. No entanto, devido à insistência de Osvaldo, Antônia decidiu propor a demanda judicial.

Com base nesse cenário, considerando o regime das infrações e sanções disciplinares da Advocacia, assinale a afirmativa correta.

- a) Antônia advogou contra literal disposição de lei, o que, não obstante seja conduta irrelevante no regime das infrações disciplinares, poderá sujeitá-la a eventual sanção por litigância de má-fé aplicada pelo juiz da causa.
- b) Antônia advogou contra literal disposição de lei, conduta que poderá sujeitá-la, perante o órgão competente da OAB, à pena isolada de multa.
- c) Antônia advogou contra literal disposição de lei, porém poderá contar com a presunção de boa-fé em seu favor, caso tenha fundamentado seu pedido na inconstitucionalidade ou na injustiça da lei.
- d) Antônia advogou contra literal disposição de lei, conduta que não possui relevância jurídico-disciplinar, mesmo porque a atuação da advocacia deve ser a mais ampla possível na defesa dos interesses de seus clientes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema das infrações e sanções disciplinares.

A alternativa A está incorreta, pois advogar contra literal disposição de lei é conduta relevante no regime das infrações disciplinares, por expressa previsão no art. 34, VI, da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 34. Constitui infração disciplinar: [...] VI - advogar contra literal disposição de lei, presumindo-se a boa-fé quando fundamentado na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior;”.

A alternativa B está incorreta, pois no caso a pena de multa só poderá ser aplicada em conjunto com a pena de censura (que é a pena aplicável ao caso narrado no enunciado). Veja a literalidade da lei: “Art. 36. A censura é aplicável nos casos de: I - infrações definidas nos incisos I a XVI e XXIX do art. 34; [...]

Art. 39. A multa, variável entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo de seu décuplo, é aplicável cumulativamente com a censura ou suspensão, em havendo circunstâncias agravantes.”.

A alternativa C está correta, pois a conduta praticada por Antônio constitui uma infração disciplinar, prevista no art. 34, VI, da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 34. Constitui infração disciplinar: [...] VI - advogar contra literal disposição de lei, presumindo-se a boa-fé quando fundamentado na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior;”.

A alternativa D está incorreta, pois a conduta praticada por Antônio constitui uma infração disciplinar, prevista no art. 34, VI, da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 34. Constitui infração disciplinar: [...] VI - advogar contra literal disposição de lei, presumindo-se a boa-fé quando fundamentado na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior;”.

QUESTÃO 02. Roberto, advogado autônomo com destacada atuação no Direito Criminal, foi investido no cargo de diretor jurídico da Nossa Estatal, empresa pública federal que atua no mercado financeiro em regime de competição com o setor privado.

Acerca da nova condição profissional de Roberto, assinale a afirmativa correta.

a) A nova atividade exercida por Roberto caracteriza incompatibilidade para o exercício da advocacia, mesmo em causa própria.

b) Durante o período da investidura, Roberto estará exclusivamente legitimado para o exercício da advocacia vinculada ao cargo de diretor jurídico.

c) Roberto, durante o período da investidura, somente não poderá atuar como advogado autônomo contra a Fazenda Pública à qual está vinculada sua entidade empregadora.

d) Uma vez que a atuação de Roberto é na área criminal, sem relação direta com o mercado financeiro, Roberto poderá continuar exercendo normalmente a advocacia autônoma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema das incompatibilidades e impedimentos.

A alternativa A está incorreta, pois a situação narrada não trata de causa de incompatibilidade, uma vez que não está prevista no art. 28 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades: I - chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais; II - membros de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais e conselhos de contas, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas, bem como de todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta e indireta; III - ocupantes de cargos ou funções de direção em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público; IV - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de

registro; V - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza; VI - militares de qualquer natureza, na ativa; VII - ocupantes de cargos ou funções que tenham competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos e contribuições parafiscais; VIII - ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.

A alternativa B está correta, pois Roberto atua como dirigente de órgão jurídico da Administração Pública indireta e pela disposição literal do art. 29 da Lei 8.906/1994 deverá exercer de forma exclusiva o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam. Veja a literalidade da lei: “Art. 29. Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura.”.

A alternativa C está incorreta, pois esta é uma causa de impedimento, prevista no art. 30, I, da Lei 8.906/1994. No caso narrado, aplica-se à Roberto a hipótese do art. 29 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 29. Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura. [...] Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia: I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;”.

A alternativa D está incorreta, pois como visto acima, apenas poderá praticar a advocacia vinculada à função que exerça, durante o período da investidura. Veja a literalidade da lei: “Art. 29. Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura.”.

QUESTÃO 03. Gustavo, conhecido comerciante de Brasília/DF, obteve graduação no curso de Direito. Em sequência, foi aprovado no Exame de Ordem, e, em razão disso, inscreveu-se como advogado na OAB.

Desejando conciliar as atividades de comércio com o exercício da advocacia, decidiu reunir, em um mesmo estabelecimento, seu escritório de advocacia e sua loja comercial, adaptando a fachada do prédio para identificar que, naquele local, praticava-se, conjuntamente, o comércio e a advocacia. Para solucionar a parte contábil, decidiu elaborar aditivo ao contrato social da sua sociedade empresária de comércio, tendo incorporado, como finalidade adicional da pessoa jurídica, a atividade de advocacia. Em função da expansão do negócio, admitiu sócios sem formação jurídica na sociedade, para que esses últimos conduzissem a parte comercial, e ele, Gustavo, pudesse se dedicar à prestação de serviços jurídicos.

Sobre a natureza e as características da sociedade de advogados e sobre sua constituição e registro, assinale a afirmativa correta.

a) É possível a admissão de sócio não advogado nas sociedades advocatícias, sendo proibido apenas que a razão social contenha o nome daquele sócio não inscrito na OAB.

b) A sociedade criada por Gustavo não pode ser admitida a registro, porque congrega serviços de advocacia com atividades estranhas à prática advocatícia, além de contar com sócios não inscritos como advogado.

c) Apesar de ser admitida a realização de atividades estranhas à advocacia por parte da sociedade de advogados, a sociedade fundada por Gustavo não pode ser registrada por incluir como sócio pessoa não inscrita como advogado.

d) A conduta adotada por Gustavo de incorporar serviços de comércio e advocatícios em uma mesma pessoa jurídica, a despeito de pouco usual, é válida, porque se admite o registro nas juntas comerciais de sociedade que inclua, entre suas finalidades, a atividade de advocacia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema das sociedades de advogados.

A alternativa A está incorreta, pois não será admitida a registro por (1) realizar atividades estranhas à advocacia e (2) incluir sócio não inscrito como advogado, nos termos do art. 16 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.”.

A alternativa B está correta, pois de fato, a sociedade criada por Gustavo não poderá ser admitida a registro, nos termos do art. 16 da Lei 8.906/1994: Veja a literalidade da lei: “Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.”.

A alternativa C está incorreta, pois não é admitida a realização de atividade estranhas à advocacia. Veja a literalidade da lei: “Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.”.

A alternativa D está incorreta, pois não é válida a inclusão de atividades estranhas à advocacia. Veja a literalidade da lei: “Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.”.

QUESTÃO 04. O Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado Alfa recebeu representação devidamente identificada, contendo narrativa fática indicativa da prática de infração disciplinar pelo advogado Paulo. O autor da representação apresentou documentos, rol de testemunhas e indicou a produção de provas. Ato contínuo, o Presidente imediatamente designou relator para a competente instrução do processo disciplinar.

Considerando a legislação que rege o processo disciplinar do advogado, assinale a afirmativa correta.

a) Se a infração ético-disciplinar apontada na representação for punível com a sanção de censura, será admissível a celebração de termo de ajustamento de conduta, desde que o fato apurado não tenha gerado repercussão negativa à advocacia.

b) A autoridade competente que proferir o despacho declaratório da instauração do processo disciplinar deverá, no mesmo ato, promover a suspensão preventiva de Paulo pelo prazo de até 90 (noventa) dias.

c) Na hipótese de arquivamento liminar da representação pelo Presidente do Conselho Seccional, caberá recurso ao Conselho Federal da OAB.

d) A designação imediata de relator pelo Presidente do Conselho Seccional, sem a prévia oitiva de Paulo, viola o princípio da ampla defesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema do processo disciplinar.

A alternativa A está correta, pois trata da literalidade do art. 58-A do Código de Ética e Disciplina. Veja a literalidade da lei: “Art. 58-A. Nos casos de infração ético-disciplinar punível com censura, será admissível a celebração de termo de ajustamento de conduta, se o fato apurado não tiver gerado repercussão negativa à advocacia.”.

A alternativa B está incorreta, pois a suspensão preventiva não é obrigatória, mas apenas em casos de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, nos termos do art. 70, §3º, da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 70. O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal. [...] § 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.”.

A alternativa C está incorreta, pois o recurso será analisado pelo Conselho Seccional, nos termos do art. 67 do Código de Ética e Disciplina. Veja a literalidade da lei: “Art. 67. Os recursos contra decisões do Tribunal de Ética e Disciplina, ao Conselho Seccional, regem-se pelas disposições do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, do Regulamento Geral e do Regimento Interno do Conselho Seccional.”.

A alternativa D está incorreta, pois ocorrerá a intimação do representado para apresentar defesa prévia pelo relator. Não há violação do princípio da ampla defesa no caso, nos termos do art. 59 do Código de Ética e Disciplina. Veja a literalidade da lei: “Art. 59. Compete ao relator do processo disciplinar determinar a notificação dos interessados para prestar esclarecimentos ou a do representado para apresentar defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias, em qualquer caso.”

QUESTÃO 05. O advogado Gomes representou Dênis em uma ação de responsabilidade civil contra o Banco Alfa, tendo firmado contrato escrito com Dênis, no qual foi estipulado que Gomes receberia honorários convencionais de 20% sobre o proveito econômico obtido, além dos honorários sucumbenciais que fossem concedidos.

No entanto, Dênis entrou em contato diretamente com o advogado do Banco Alfa e firmou um acordo extrajudicial para receber R\$ 5.000,00 de indenização por danos morais, sem a participação de Gomes e renunciando aos direitos aos honorários advocatícios. Gomes foi informado do acordo posteriormente.

Sobre o caso relatado, com base no Art. 24 do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Dênis tem o direito de renunciar aos honorários advocatícios convencionados e sucumbenciais, desde que tenha feito isso expressamente no acordo com o Banco Alfa, e isso prejudica o direito de Gomes de receber qualquer valor.

b) O acordo firmado por Dênis com o Banco Alfa retira o direito de Gomes aos honorários convencionados, mas Gomes ainda pode pleitear apenas os honorários sucumbenciais, desde que haja condenação judicial.

c) Gomes mantém o direito aos honorários convencionados e sucumbenciais, independentemente do acordo realizado por Dênis com o Banco Alfa, uma vez que o acordo não prejudica o advogado sem sua aquiescência.

d) Gomes somente poderá cobrar os honorários convencionados se houver uma decisão judicial declarando nulo o acordo firmado entre Dênis e o Banco Alfa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema dos honorários advocatícios.

A alternativa A está incorreta, pois não prejudica o direito de Gomes de receber os honorários convencionados, nos termos do §4º do art. 24 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial. [...] § 4º O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença.”.

A alternativa B está incorreta, pois o acordo feito não retira o direito de Gomes de receber os honorários convencionados nos termos do §4º do art. 24 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial. [...] § 4º O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença.”.

A alternativa C está correta, de fato, é o que estabelece o §4º do art. 24 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial. [...] § 4º O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença.”.

A alternativa D está incorreta, pois não há essa previsão no §4º do art. 24 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial. [...] § 4º O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença.”.

QUESTÃO 06. O advogado Ivan precisava embarcar em um voo doméstico de Recife para Curitiba, a fim de participar do Congresso Brasileiro de Direito de Família. Ao chegar ao balcão de check-in, percebeu que havia esquecido todos os seus documentos de identificação em seu escritório, com exceção da carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na qual consta sua foto.

A responsável pelo atendimento da companhia aérea informou que não aceitaria a carteira da OAB como documento de identidade e, por isso, Ivan estaria impedido de embarcar. Ivan argumentou que o documento deveria ser aceito como prova de identidade civil, uma vez que é o único documento de identidade profissional obrigatório para o exercício da advocacia.

Sobre a hipótese, com base no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- a) Ivan não poderá embarcar, pois a carteira da OAB não é considerada documento de identidade civil válido para viagens nacionais em aviões.**
- b) Ivan poderá embarcar, pois a carteira da OAB constitui prova de identidade civil para todos os fins legais, inclusive para viagens nacionais em aviões.**
- c) Ivan somente poderá embarcar se apresentar outro documento de identificação civil junto com a carteira da OAB, como medida de segurança adicional.**

d) Ivan não poderá embarcar, pois a carteira da OAB só é válida como documento de identificação quando utilizada em exercício da atividade profissional em fóruns e tribunais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema da validade da carteira da OAB como identidade civil.

A alternativa A está incorreta, pois a carteira da OAB é considerada documento de identidade civil para todos os fins, conforme determina o art. 13 da Lei 8.906/1994: “Art. 13. O documento de identidade profissional, na forma prevista no regulamento geral, é de uso obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.”.

A alternativa B está correta, de fato, a carteira da OAB é considerada documento de identidade civil para todos os fins, conforme determina o art. 13 da Lei 8.906/1994: “Art. 13. O documento de identidade profissional, na forma prevista no regulamento geral, é de uso obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.”.

A alternativa C está incorreta, pois não é necessário apresentar outro documento, uma vez que a carteira da OAB é considerada documento de identidade civil para todos os fins, conforme determina o art. 13 da Lei 8.906/1994: “Art. 13. O documento de identidade profissional, na forma prevista no regulamento geral, é de uso obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.”.

A alternativa D está incorreta, pois além de ser obrigatória no exercício da atividade de advogado, serve também como prova de identidade civil para todos os fins legais, conforme determina o art. 13 da Lei 8.906/1994: “Art. 13. O documento de identidade profissional, na forma prevista no regulamento geral, é de uso obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.”.

QUESTÃO 07. No âmbito de investigação sigilosa, o Magistrado competente decretou a prisão de João, amigo íntimo de Carlos. Carlos é advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Ao saber do cumprimento do mandado, com a consequente custódia de João, Carlos se dirigiu à delegacia e, em seguida, procurou o Magistrado plantonista para tratar do caso.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

a) Carlos somente terá acesso aos autos da investigação que culminou na prisão de João se apresentar procuração para representá-lo. Nesse caso, deve lhe ser franqueado amplo acesso aos elementos de prova colhidos pela autoridade policial, não sendo possível a imposição de qualquer limitação.

b) Carlos deverá ter acesso aos autos da investigação que culminou na prisão de João, independentemente da apresentação de procuração para representá-lo. Ademais, deve lhe ser

franqueado amplo acesso aos elementos de prova colhidos pela autoridade policial, não sendo possível a imposição de qualquer limitação.

c) Carlos somente terá acesso aos autos da investigação que culminou na prisão de João se apresentar procuração para representá-lo. Entretanto, o acesso aos elementos de prova colhidos pela autoridade policial poderá ser delimitado, desde que relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, desde que haja comprovado risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade da investigação.

d) Carlos deverá ter acesso aos autos da investigação que culminou na prisão de João, independentemente da apresentação de procuração para representá-lo. Entretanto, o acesso aos elementos de prova colhidos pela autoridade policial poderá ser delimitado, ainda que relacionados a diligências já encerradas e devidamente documentadas nos autos, desde que haja comprovado risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade da investigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema do direito dos advogados.

A alternativa A está incorreta, pois de fato, Carlos somente terá acesso aos autos da investigação que culminou na prisão de João se apresentar procuração, nos termos do §10 do art. 7º da Lei 8.906/1994. Contudo, o acesso às provas não é ilimitado, podendo ser restringido nos termos do §11 do mesmo artigo mencionado. Veja a literalidade da lei: “Art. 7º [...] § 10. Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para o exercício dos direitos de que trata o inciso XIV. § 11. No caso previsto no inciso XIV, a autoridade competente poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências.”

A alternativa B está incorreta, pois depende de apresentação de procuração, nos termos do §10 do art. 7º da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 7º [...] § 10. Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para o exercício dos direitos de que trata o inciso XIV.”.

A alternativa C está correta, pois corresponde à literalidade dos §§10 e 11 do art. 7º da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 7º [...] § 10. Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para o exercício dos direitos de que trata o inciso XIV. § 11. No caso previsto no inciso XIV, a autoridade competente poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências.”

A alternativa D está incorreta, pois depende de apresentação de procuração, nos termos do §10 do art. 7º da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 7º [...] § 10. Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para o exercício dos direitos de que trata o inciso XIV.”.

QUESTÃO 08. Euclides é advogado regularmente inscrito na OAB e foi flagrado praticando assédio sexual contra diversas colaboradoras de seu escritório, conduta que foi amplamente

divulgada na imprensa regional após a veiculação de imagens captadas por câmeras de segurança, nas quais o advogado aparece se insinuando de forma inapropriada. O caso causou grande repercussão regional, afetando a imagem da Advocacia.

Diante disso, o Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional determinou a suspensão preventiva de Euclides, designando sessão especial para ouvi-lo na semana seguinte à suspensão. No mesmo ato, o Tribunal estabeleceu que o processo disciplinar deveria ser concluído em prazo máximo de 180 dias.

Com base no Estatuto da Advocacia e da OAB, sobre a decisão do Tribunal, assinale a afirmativa correta.

a) O procedimento adotado foi regular, pois diante da gravidade dos fatos e da ampla repercussão, o Tribunal de Ética pode suspender preventivamente o advogado e prorrogar o prazo do processo disciplinar para até 180 dias.

b) O procedimento adotado foi válido apenas quanto à suspensão, pois o Estatuto admite a suspensão preventiva sem qualquer necessidade de notificação ou sessão de oitiva, desde que haja repercussão negativa à imagem da OAB.

c) O procedimento foi irregular, porque a suspensão preventiva do advogado somente é válida se o representado for previamente notificado ou, depois de notificado, não comparecer, e o prazo máximo do processo, na hipótese, é de 90 dias.

d) O procedimento adotado foi regular quanto ao prazo máximo de duração do processo disciplinar, mas irregular quanto à suspensão preventiva, pois, embora seja cabível, a oitiva do advogado deve ocorrer antes da suspensão, e não posteriormente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema da suspensão preventiva do advogado.

A alternativa A está incorreta, pois o procedimento adotado não foi regular, uma vez que o advogado a ser suspenso precisa ser ouvido em sessão especial devidamente notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Ainda, o prazo máximo para conclusão do processo disciplinar, nesses casos, será de 90 (noventa) dias, nos termos do §3º do art. 70 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 70 [...] § 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.”.

A alternativa B está incorreta, pois o procedimento adotado não é válido, uma vez que o advogado a ser suspenso precisa ser ouvido em sessão especial devidamente notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Ainda, o prazo máximo para conclusão do processo disciplinar, nesses casos, será de 90 (noventa) dias, nos termos do §3º do art. 70 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 70 [...] § 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de

ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.”.

A alternativa C está correta, pois reflete a literalidade do §3º do art. 70 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 70 [...] § 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.”.

A alternativa D está incorreta, pois o procedimento adotado não foi regular quanto ao prazo máximo que será de 90 (noventa) dias, nos termos do §3º do art. 70 da Lei 8.906/1994. Veja a literalidade da lei: “Art. 70 [...] § 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.”.

QUESTÃO 09. John Locke, em seu Segundo Tratado sobre o Governo, fala da instituição de uma sociedade política onde devem vigorar não mais as leis da natureza, mas as leis feitas pelo poder civil. Portanto, nessa sociedade política, o parlamento faz as leis para que sejam cumpridas.

Assinale a opção que, segundo Locke no livro em referência, expressa corretamente a ideia de cumprimento e obediência às leis civis.

a) Todas as pessoas, as mais distintas e as mais modestas, estão sujeitas às leis feitas pelo parlamento, inclusive os próprios parlamentares, pois ninguém pode, na sociedade civil, isentar-se das leis que a regem.

b) Os cidadãos ficam sujeitos às leis do governo civil após o contrato social, mas o soberano, encarnado nos agentes do governo, não faz parte do pacto e, por isso, não deve obediência às leis que produz.

c) Os cidadãos e os governantes estão sujeitos às leis instituídas após o contrato social, contudo as autoridades religiosas, ainda que vivam na sociedade civil, não devem obediência às leis, mas, sim, a Deus.

d) Os governantes, responsáveis pela administração da sociedade política, e os governados devem se submeter ao império da lei, contudo, parlamentares e magistrados estão isentos da obediência à lei para exercerem seu ofício de forma livre e soberana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da igualdade jurídica e da obrigatoriedade universal das leis civis no pensamento de John Locke, dentro do contexto do contrato social e da fundação da sociedade política.

A alternativa A está correta, pois Locke defende a ideia de que, na sociedade civil, todos são iguais perante a lei. As normas estabelecidas pelo Parlamento vinculam indistintamente governantes e governados. Isso garante que ninguém esteja acima da lei, princípio fundamental do constitucionalismo moderno e do Estado de Direito.

A alternativa B está incorreta, já que esse raciocínio se aproxima da teoria de Hobbes, não de Locke. Em Hobbes, o soberano não faz parte do contrato social e não está sujeito às mesmas obrigações que os súditos.

A alternativa C está incorreta, pois Locke distingue as esferas civil e religiosa (especialmente em sua Carta sobre a Tolerância), mas nunca concede às autoridades religiosas o poder de se isentar das leis civis.

A alternativa D está incorreta, na medida em que nega um dos pilares do pensamento lockeano: ninguém pode estar acima da lei, nem mesmo os que a criam ou aplicam.

QUESTÃO 10. O Artigo 5º, inciso XI, da CRFB/88 dispõe que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.”

João Vicente, que residia em um quarto de hotel, procura você, na função de advogado(a), para tentar anular o ingresso policial, sem mandado judicial e sem flagrante delito, utilizando como fundamento a norma constitucional acima citada.

Assinale a opção que indica o tipo de interpretação adequado para fundamentar a ilegalidade do ingresso.

- a) Interpretação gramatical, baseada no brocardo in claris cessat interpretatio.**
- b) Interpretação restritiva, sob o argumento de que não se pode usar um conceito de modo amplo.**
- c) Interpretação autêntica, usando conceito semelhante previsto em norma de Direito Civil, que possui legislação específica acerca do alcance semântico do domicílio.**
- d) Interpretação extensiva, usando a argumentação de que o alcance da norma e do conceito de casa é mais amplo do que o utilizado pela autoridade policial, a fim de abarcar aquele que reside em quarto de hotel.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre qual método de interpretação deve ser utilizado para garantir que o conceito de “casa” não seja interpretado de forma restrita apenas ao imóvel próprio ou à residência tradicional, mas

também se estenda a outros locais onde a pessoa exerce sua vida privada, como quartos de hotel, pensões, cabanas, barcos, trailers etc.

A alternativa A está incorreta, pois a leitura puramente literal do texto constitucional levaria à conclusão de que apenas a “casa”, entendida em sentido estrito, estaria protegida. Nesse caso, excluiria locais de moradia temporária, como quartos de hotel, pensões ou cabanas, restringindo o alcance da norma e comprometendo a eficácia do direito fundamental.

A alternativa B está incorreta, já que a interpretação restritiva limita o alcance do enunciado normativo, excluindo hipóteses que poderiam estar compreendidas no espírito da norma.

A alternativa C está incorreta, na medida em que a Constituição não trouxe uma definição legal do que seria “casa”, razão pela qual não há interpretação autêntica aplicável. Recorrer a normas do Direito Civil não resolveria a questão, pois trata-se de um direito fundamental que exige leitura ampliativa para concretizar sua função de proteção.

A alternativa D está correta, pois a técnica interpretativa ocorre quando o intérprete reconhece que o alcance da norma é maior do que a literalidade do texto sugere, ampliando o significado de uma expressão para abarcar hipóteses que, embora não estejam literalmente descritas, se enquadram na finalidade da norma. No caso, o termo “casa” deve ser entendido de forma extensiva, abrangendo não apenas a residência fixa, mas também qualquer espaço em que o indivíduo desenvolva sua vida privada, ainda que de forma transitória.

QUESTÃO 11. Após diversos indicadores de qualidade da saúde evidenciarem que, entre todos os estados da Federação, o Estado Delta é aquele que oferta o pior serviço de saúde à sua população, o governador desse Estado prometeu elevado investimento público na área. Ele assegurou que iria trabalhar junto à Assembleia Legislativa no sentido de aumentar a dotação orçamentária dos hospitais públicos estaduais, como, também, auxiliar financeiramente os hospitais privados que comprovassem, por vias fidedignas, que sua margem de lucro estaria sendo insuficiente para investir em uma melhor qualidade no atendimento.

Sobre o posicionamento do governador, segundo a perspectiva jurídico-constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Ele poderá cumprir sua promessa, contanto que não ultrapasse o percentual máximo de gastos constitucionalmente permitidos para os serviços de saúde.**
- b) Ele poderá promover a política de saúde indicada, porque, como chefe do Poder Executivo de ente federativo autônomo, é ele quem determina as ações de governo.**
- c) Ele não está autorizado a destinar recursos públicos para auxiliar hospitais privados que possuam a característica explicitada no caso narrado.**
- d) Ele não poderá concretizar sua promessa, já que a matéria orçamentária em temas relacionados ao cuidado e à defesa da saúde é de competência exclusiva da União.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da participação da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde e a vedação de destinação de recursos públicos para instituições privadas com fins lucrativos.

A alternativa A está incorreta. Embora existam limites de gastos constitucionais para a saúde, o principal problema da promessa do governador não é o montante do gasto, mas sim o tipo de destinação dos recursos (para hospitais com fins lucrativos), o que é inconstitucional. Veja a literalidade da lei, que trata da aplicação de recursos mínimos: Art. 198, § 2º, CF/88: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (...)”

A alternativa B está incorreta. O poder do governador, como chefe do Poder Executivo, não é absoluto. Ele é limitado e deve seguir as normas e princípios da Constituição Federal, que proíbe o uso de verbas públicas para instituições privadas com fins lucrativos na área da saúde. Veja a literalidade da lei: Art. 199, § 2º, CF/88: “É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.”

A alternativa C está correta. A Constituição Federal veda expressamente o repasse de recursos públicos para hospitais privados que visam lucro. A promessa do governador, nesse ponto, contraria a norma constitucional. Veja a literalidade da lei: Art. 199, § 2º, CF/88: “É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.” e Art. 199, § 1º, CF/88: “As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”

A alternativa D está incorreta. A matéria orçamentária em temas de saúde não é de competência exclusiva da União. A saúde é uma responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Veja o que diz a Constituição sobre a competência comum e concorrente: Art. 23, II, CF/88: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (...)” e Art. 24, XII, CF/88: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (...)”.

QUESTÃO 12. Um consumidor, cliente de instituição financeira constituída sob a forma de sociedade de economia mista federal, teve seu nome negativado indevidamente em um cadastro de devedores. Por essa razão, procurou você, na qualidade de advogado(a), para saber se seria possível ingressar, de acordo com a Constituição da República, com uma ação de responsabilidade civil em face da referida instituição no âmbito da Justiça Federal. Com base na situação descrita e no sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua resposta.

a) A competência para apreciar a ação de responsabilidade civil a ser proposta é da Justiça Federal, pois a União, indiretamente, figura no polo passivo.

b) A ação deve ser proposta perante a Justiça Estadual, não perante a Justiça Federal, isto se o referido foro tiver sido definido pela lei que autorizou a criação da instituição financeira.

c) Por se tratar de sociedade de economia mista federal, a competência originária para a apreciação da ação de responsabilidade civil é do Tribunal Regional Federal da região do consumidor.

d) A despeito de possuir a União como seu sócio majoritário, a Ação de responsabilidade civil em face da instituição financeira deve ser proposta na Justiça Estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema A questão trata do tema competência da Justiça Federal, conforme o Art. 109, I, da CF/88, e a Súmula 556 do STF.

A alternativa A está incorreta. A competência da Justiça Federal é definida pela presença da União, de autarquias federais ou de empresas públicas federais no polo da ação. A sociedade de economia mista não se enquadra nessas hipóteses, possuindo personalidade jurídica de direito privado. Veja a literalidade da lei: Art. 109, I, CF/88: “Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;”

A alternativa B está incorreta. A competência para julgar a causa em que uma sociedade de economia mista é parte não é definida pela lei de sua criação. A competência é estabelecida pela Constituição e pela jurisprudência consolidada do STF, que determina que a ação deve ser proposta na Justiça comum. A sociedade de economia mista não está entre os entes listados no artigo 109, I da CF/88, o que afasta a competência da Justiça Federal. Veja a literalidade da súmula: Súmula 556 do STF: “É competente a Justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.”

A alternativa C está incorreta. O Tribunal Regional Federal não possui competência originária para julgar ações de responsabilidade civil propostas contra sociedades de economia mista. A competência originária dos TRFs é restrita a casos específicos previstos na Constituição. A ação, por não se enquadrar no rol do Art. 109, I, da CF/88, deve ser ajuizada na primeira instância da Justiça Estadual, conforme a Súmula 556 do STF: “É competente a Justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.”

A alternativa D está correta. A ação de responsabilidade civil contra uma sociedade de economia mista deve ser proposta na Justiça Estadual. Embora a União seja sua sócia majoritária, a sociedade de economia mista não é considerada um ente público para fins de fixação da competência da Justiça Federal, conforme o entendimento consolidado na jurisprudência. Veja a literalidade da lei e da súmula que respaldam essa afirmação: Art. 109, I, CF/88: “Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;” e Súmula 556 do STF: “É competente a Justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.”

QUESTÃO 13. No Estado Sigma foi promulgada a Lei Estadual nº X/2024, que aborda matéria de Direito Financeiro. Ocorre que os dispositivos desse diploma normativo entram em conflito com as normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que ainda produzem seus naturais efeitos. O Presidente do Partido Político Delta, o deputado federal João Silva, sem possuir conhecimentos jurídicos, resolve consultar você, como advogado(a), para saber se poderia questionar a constitucionalidade das normas da Lei Estadual nº X/2024, por afrontarem as normas do ADCT.

Assinale a opção que indica a resposta correta à consulta formulada.

a) Embora federais, as normas do ADCT possuem hierarquia legal, razão pela qual não poderia haver controle de constitucionalidade, mas controle de legalidade da Lei Estadual nº X/2024.

b) As normas do ADCT, por possuírem status supralegal, poderiam servir de parâmetro para aferir a validade da Lei Estadual nº X/2024, muito embora não pudessem ser consideradas normas paramétricas para o controle de constitucionalidade.

c) Na medida em que as normas do ADCT têm estatura constitucional, pode ser proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade para que seja reconhecida a inconstitucionalidade das normas da Lei Estadual nº X/2024.

d) Como o ADCT possui natureza legal, uma possível antinomia entre suas normas e as da Lei Estadual nº X/2024 faria que as normas anteriores, as do ADCT, fossem tacitamente revogadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema da hierarquia das normas jurídicas e controle de constitucionalidade, com ênfase no status do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A alternativa A está incorreta. As normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não possuem hierarquia legal. A doutrina é uníssona em afirmar que o ADCT integra a Constituição Federal de 1988 e, por isso, suas normas possuem a mesma estatura, força e autoridade de uma norma constitucional permanente. Portanto, o conflito com uma lei estadual configura um caso de inconstitucionalidade, passível de controle.

A alternativa B está incorreta. O status do ADCT não é supralegal. O status supralegal é atribuído, por exemplo, a tratados internacionais de direitos humanos que não foram aprovados com rito de emenda constitucional. O ADCT, por sua vez, está no mesmo nível hierárquico da Constituição, podendo, sim, servir de parâmetro para o controle de constitucionalidade.

A alternativa C está correta. As normas do ADCT têm estatura constitucional, ou seja, são normas constitucionais, mesmo que de caráter transitório. Dessa forma, uma lei estadual que as contrarie é inconstitucional e pode ser questionada por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. O presidente de partido político e deputado federal está entre os legitimados a propor essa ação. Veja a literalidade da lei: Art. 102, I, a, CF/88: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;”

A alternativa D está incorreta. O ADCT não possui natureza legal. Como ele integra a Constituição, suas normas não podem ser revogadas por uma lei posterior. O princípio de que "lei posterior revoga lei anterior" (lex posterior derogat legi priori) não se aplica a um conflito entre uma norma constitucional e uma lei ordinária.

QUESTÃO 14. O Presidente da República apresentou projeto de lei para aumentar a remuneração dos cargos X e Y do Poder Executivo. Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, foi aprovada uma emenda parlamentar que estendeu esse aumento também aos cargos W e X.

Sobre a emenda parlamentar apresentada, considerando a sistemática estabelecida pela Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

a) Deve ser considerada válida, pois o Congresso Nacional tem competência para modificar projetos de lei de iniciativa do Presidente da República.

b) É constitucional, desde que seja aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

c) Deve ser considerada inválida, pois o aumento de remuneração só pode ser feito por medida provisória editada pelo Presidente da República.

d) É inconstitucional, pois não se pode aumentar despesa prevista em projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da iniciativa legislativa do Presidente da República e vedações a emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa.

A alternativa A está incorreta. Embora o Congresso Nacional tenha a prerrogativa de modificar projetos de lei, essa competência não é irrestrita. As emendas parlamentares que aumentam a despesa em projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República são inconstitucionais. Veja a literalidade da lei: Art. 61, § 1º, CF/88: "São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: (...) II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;" e Art. 63, I, CF/88: "Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;"

A alternativa B está incorreta. A constitucionalidade da emenda não se resolve pelo quórum de aprovação. O problema reside no mérito da proposta, que é constitucionalmente vedada por implicar um aumento de despesa em um projeto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. Veja a literalidade da lei: Art. 61, § 1º, CF/88: "São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: (...) II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;" e Art. 63, I, CF/88: "Não será admitido aumento da

despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;"

A alternativa C está incorreta. O aumento de remuneração de cargos e funções do Poder Executivo pode ser feito tanto por projeto de lei quanto por medida provisória, desde que atendidos os requisitos constitucionais. O veto à emenda parlamentar não se deve à necessidade de medida provisória, mas sim à violação da iniciativa exclusiva e ao aumento de despesa. Veja a literalidade da lei: Art. 61, § 1º, CF/88: "São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: (...) II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;" e Art. 63, I, CF/88: "Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;"

A alternativa D está correta. A Constituição Federal, em seus artigos 61 e 63, I, estabelece que a iniciativa de leis que disponham sobre a remuneração de cargos e funções do Poder Executivo é privativa do Presidente da República e veda emendas parlamentares que aumentem a despesa prevista em projetos de sua iniciativa. Veja a literalidade da lei: Art. 61, § 1º, CF/88: "São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: (...) II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;" e Art. 63, I, CF/88: "Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;"

QUESTÃO 15. A partir da análise do conflito entre normas constitucionais originárias em uma relação processual, ambas válidas e vigentes, João, advogado do autor, sustentou que a norma X, por ser, sob a perspectiva conteudística, materialmente constitucional, deve ter preponderância sobre a norma Y, pois esta última versa sobre matéria que não é própria de uma Constituição, sendo considerada norma constitucional apenas sob o prisma da forma. Pedro, advogado da parte ex adversa, por não concordar com a análise de João, se opõe, afirmando que, sob uma perspectiva normativo-hierárquica, a discussão não possui sentido, já que, prima facie, ambas as normas possuem a mesma hierarquia no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro.

Sobre a hipótese apresentada, segundo a visão jurídico-constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

a) João está correto, pois as normas constitucionais, na perspectiva meramente formal, possuem, prima facie, status legal e, portanto, hierarquia inferior àquelas materialmente constitucionais.

b) Pedro está correto, porque as normas formalmente constitucionais, sob a perspectiva do conteúdo, obrigatoriamente também o são sob a perspectiva de análise material.

c) João, como a norma Y consubstancia norma constitucional somente sob o ponto de vista formal, está correto, pois há de se considerar que a ela deve ser sempre atribuído status supralegal, mas infraconstitucional.

d) Pedro está correto, porque as normas X e Y, na perspectiva normativo-hierárquica, não possuem qualquer superioridade uma sobre a outra, sendo reconhecida em ambas a estatura constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema da classificação das normas constitucionais e o princípio da unidade da Constituição.

A alternativa A está incorreta. Conforme a doutrina constitucional majoritária, não há hierarquia entre normas constitucionais, sejam elas materiais ou formalmente constitucionais. Uma norma constitucional formal possui a mesma força normativa de uma norma constitucional material, não tendo, em nenhuma hipótese, status legal.

A alternativa B está incorreta. As normas formalmente constitucionais não são, por obrigação, também materialmente constitucionais. O conceito de norma formalmente constitucional está relacionado ao seu processo de inclusão no texto constitucional, enquanto o de norma materialmente constitucional se refere ao seu conteúdo (estrutura do Estado, direitos fundamentais etc.). As duas classificações não se confundem.

A alternativa C está incorreta. Uma norma formalmente constitucional tem, por definição, estatura constitucional. O status suprallegal e infraconstitucional se aplica, no direito brasileiro, a diplomas como os tratados internacionais de direitos humanos, que não foram aprovados com rito de emenda constitucional, e não às normas que compõem o próprio texto da Constituição.

A alternativa D está correta. De acordo com o princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais, sejam elas materiais ou apenas formais, possuem a mesma hierarquia no ordenamento jurídico. Não há, portanto, qualquer superioridade entre a norma X e a norma Y, visto que ambas são normas constitucionais.

QUESTÃO 16. Durante uma forte tempestade que causou inundações e interrupções no fornecimento de energia na cidade Delta, o Prefeito Municipal, buscando evitar o agravamento da situação de iminente perigo público, requisitou um gerador de energia de propriedade da sociedade empresária Gama para manter em funcionamento o hospital municipal. O equipamento foi utilizado por dois dias, até que o fornecimento de energia fosse restabelecido, o que não causou qualquer dano ao bem requisitado. Diante dessa situação, o sócio-gerente de Gama compareceu à Prefeitura de Delta para exigir indenização pela requisição do bem.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade empresária Gama tem direito à indenização, independentemente de ter havido dano ao bem.

b) Como o bem não sofreu danos durante sua utilização, a sociedade empresária Gama não tem direito à indenização.

c) A utilização de bem privado, em prol do interesse público, sendo-lhe causado dano, ou não, não gera direito à indenização.

d) A sociedade empresária Gama só teria direito à indenização se a requisição tivesse sido realizada por autoridade federal, mas não pela autoridade citada no caso concreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema da requisição administrativa e o direito à indenização, conforme previsto no Art. 5º, XXV, da Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta. O direito à indenização na requisição administrativa não é absoluto. A Constituição Federal condiciona a indenização à ocorrência de dano ao bem requisitado. Como não houve dano no caso, não há direito a indenização. Veja a literalidade da lei: Art. 5º, XXV, CF/88: "No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano."

A alternativa B está correta. De acordo com a Constituição Federal, a indenização pela requisição administrativa é devida apenas se houver dano ao bem requisitado. Como o caso narrado explicitamente afirma que "não causou qualquer dano ao bem", não há que se falar em indenização. Veja a literalidade da lei: Art. 5º, XXV, CF/88: "No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano."

A alternativa C está incorreta. A utilização de bem privado em prol do interesse público gera o direito à indenização se houver dano ao bem. A afirmativa, ao dizer que não gera direito à indenização "causado dano, ou não", está em contradição com o texto constitucional. Veja a literalidade da lei: Art. 5º, XXV, CF/88: "No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano."

A alternativa D está incorreta. A Constituição Federal confere à "autoridade competente" o poder de realizar a requisição administrativa em caso de iminente perigo público. Essa competência não se restringe à autoridade federal, podendo ser exercida por autoridades estaduais ou municipais, conforme a situação, sem que a esfera do poder tenha qualquer influência no direito à indenização, que é condicionado exclusivamente à ocorrência de dano. Veja a literalidade da lei: Art. 5º, XXV, CF/88: "No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano."

QUESTÃO 17. No que concerne aos standards internacionais atualmente adotados para defesa do Direito Humano à Igualdade, assinale a afirmativa correta.

a) O direito à igualdade abrange atualmente três dimensões, havendo amplo consenso quanto à existência de uma dimensão de ordem formal, também compreendida como igualdade perante a lei; uma segunda dimensão, de ordem material, comumente relacionada ao conceito de justiça retributiva; e uma terceira dimensão, de ordem instrumental, que reconhece no direito à igualdade a condição viabilizadora da concretização de outros direitos fundamentais.

b) No âmbito do sistema global de proteção aos direitos humanos, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher pode ser apontada como importante instrumento para superação das desigualdades de gênero. Contudo, o instrumento não admite de forma expressa a utilização de ações afirmativas, ou medidas compensatórias, destinadas a acelerar o processo de superação das desigualdades existentes.

c) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial rechaça a possibilidade dos Estados-parte estabelecerem medidas de tratamento desigual, em detrimento de grupos étnicos historicamente mais favorecidos, por considerar que a referida prática pode configurar a conduta expressamente vedada do denominado “racismo reverso”.

d) Ao interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Corte IDH reconhece a possibilidade de serem adotados critérios para “distinção” de tratamento entre determinados grupos de indivíduos. O que não se admite é a prática de condutas “discriminatórias”. Para a Corte, as “distinções” constituem diferenças compatíveis com a Convenção Americana por serem razoáveis e objetivas. Já as “discriminações” constituem diferenças arbitrárias que redundam em prejuízo dos Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da interpretação e aplicação dos standards internacionais de proteção do Direito Humano à Igualdade, ou seja, busca avaliar se o candidato conhece como esse direito é concebido e protegido nos tratados, convenções e jurisprudência internacional de direitos humanos.

a) A alternativa A está incorreta, pois a igualdade é tradicionalmente compreendida em duas dimensões: a igualdade formal (perante a lei) e a igualdade material (que busca compensar desigualdades fáticas). A doutrina e os organismos internacionais também reconhecem a igualdade como reconhecimento e inclusão, mas não se utiliza, nos tratados e jurisprudência internacionais, a formulação apresentada na alternativa (especialmente a ideia de “igualdade instrumental” como categoria consolidada)

b) A alternativa B está incorreta, já que a CEDAW (Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979) expressamente admite ações afirmativas. O art. 4º, §1º prevê a adoção de medidas temporárias especiais destinadas a acelerar a igualdade de fato entre homens e mulheres, que não serão consideradas discriminação.

c) A alternativa C está incorreta, na medida em que a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), no art. 1º, §4º, autoriza expressamente a adoção de medidas especiais e diferenciadas para assegurar o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou étnicos, a fim de garantir igualdade de direitos.

d) A alternativa D está correta, pois a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) distingue entre “distinções” (quando razoáveis, objetivas e proporcionais, portanto compatíveis com a Convenção Americana) e “discriminações” (quando arbitrárias, irrazoáveis e prejudiciais a direitos humanos). A interpretação é reiterada em diversos casos, como *Atala Riffo vs. Chile* (2012), onde a Corte enfatizou que não é toda diferenciação de tratamento que é discriminatória, mas apenas aquela que se dá sem justificção objetiva e razoável.

QUESTÃO 18. Em relação aos Direitos Humanos das pessoas presas, assinale a afirmativa correta.

a) Tanto as Regras de Nelson Mandela quanto as Regras de Bangkok possuem natureza de soft law, ou seja, são consideradas normas não vinculantes de Direito Internacional. Nada obstante, configuram-se em importantes diretrizes que servem de orientação para os Estados membros da Organização das Nações Unidas.

b) No âmbito do Sistema de Proteção Interamericano de Direitos Humanos foram editadas as denominadas regras de Nelson Mandela, com vistas à fixação de standards mínimos de organização e funcionamento dos estabelecimentos prisionais, em ordem à proteção dos direitos dos indivíduos privados de suas liberdades.

c) De acordo com as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, todas as penas cruéis, desumanas, degradantes ou que impliquem tortura devem ser proibidas. Entretanto, não há óbice à imposição do confinamento solitário prolongado, desde que aplicado como forma de sanção disciplinar, em razão de falta grave cometida pelo apenado.

d) No âmbito do sistema global, há dois tratados, consubstanciando-se em norma de jus cogens, que estabelecem disposições específicas para os presos do sexo masculino e do sexo feminino. Assim, enquanto as Regras de Nelson Mandela disciplinam os cuidados mínimos com os encarcerados do sexo masculino, não se aplicando às mulheres presas, as regras de Bangkok se destinam exclusivamente ao encarceramento feminino.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão a respeito da dimensão internacional dos direitos das pessoas presas, cobrando a noção de que esses padrões (Mandela e Bangkok) não são tratados obrigatórios, mas funcionam como referências normativas e éticas globais, utilizadas por tribunais, organismos de monitoramento e até mesmo legislações internas para assegurar a dignidade da pessoa humana no sistema prisional.

A alternativa A está correta, pois as Regras de Nelson Mandela (Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Presos, revisadas em 2015) e as Regras de Bangkok (Regras da ONU para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, de 2010) têm natureza de soft law, ou seja, não são tratados vinculantes do ponto de vista jurídico. Contudo, funcionam como parâmetros internacionais de proteção dos direitos humanos das pessoas presas, orientando a interpretação dos Estados e sendo citadas por organismos internacionais de direitos humanos.

A alternativa B está incorreta, já que as Regras de Nelson Mandela não foram editadas no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, mas sim no âmbito das Nações Unidas. O sistema interamericano, por sua vez, tem outros documentos e parâmetros próprios (como decisões da Corte IDH e relatórios da Comissão IDH).

A alternativa C está incorreta, na medida em que as Regras de Nelson Mandela proíbem o confinamento solitário prolongado. A regra 44 define como “prolongado” aquele que ultrapassa 15 dias,

considerando-o tratamento cruel, desumano ou degradante. Portanto, não é admissível como sanção disciplinar.

A alternativa D está incorreta, pois as Regras de Nelson Mandela não se restringem a presos homens, aplicam-se a todas as pessoas privadas de liberdade. As Regras de Bangkok são complementares, voltadas especificamente às necessidades de mulheres presas, mas não significam que as regras gerais sejam exclusivas para homens.

QUESTÃO 19. Maria e João foram eleitos, respectivamente, prefeita e vice-prefeito do Município Alfa, com poucos votos de vantagem sobre Ana e Antônio, que formavam a outra chapa que disputou a eleição. Dez dias após a diplomação dos eleitos, os integrantes da chapa derrotada obtiveram provas cabais de que os integrantes da chapa vencedora teriam praticado uma fraude, o que comprometera a normalidade e a legitimidade do pleito. Sobre o caso apresentado, como advogado(a) dos integrantes da chapa derrotada, assinale a medida judicial que deve ser ajuizada em face dos integrantes da chapa vencedora.

a) Investigação judicial eleitoral.

b) Ação de captação ilícita de votos.

c) Recurso contra expedição de diploma.

d) Ação de impugnação de mandato eletivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre fraude em eleições, mais especificamente, investigação judicial eleitoral.

A alternativa A está incorreta. A investigação judicial eleitoral (AIJE) é ajuizada para apurar o abuso de poder econômico, de poder político ou o uso indevido dos meios de comunicação. Ela deve ser proposta até a data da diplomação. Como o problema se passa após a diplomação, a AIJE não é a medida adequada.

A alternativa B está incorreta. Embora a captação ilícita de votos seja uma modalidade de abuso de poder que pode ser apurada via AIJE, essa alternativa não é a mais precisa. Além disso, a ação deve ser ajuizada antes da diplomação, o que não se aplica ao caso.

A alternativa C está incorreta. O recurso contra expedição de diploma (RCED) é cabível nos três dias seguintes à diplomação para questionar a inelegibilidade superveniente (surgida após o registro da candidatura) ou a falta de condição de elegibilidade. O caso da questão trata de uma fraude, não de inelegibilidade.

A alternativa D está correta. Não pode ser AIJE e Ação por Captação Ilícita, por deverem ser ajuizadas durante o pleito. Além disso, a captação ilícita diz respeito a objeto específico. O RCED é ajuizável 3 dias após diplomação para inelegibilidade superveniente ou falta de condição de elegibilidade. A AIME é

ação correta, pois a partir da diplomação os candidatos eleitos tem direito ao mandato. Fundamento no art. 14, CF.

QUESTÃO 20. Pedro, que teve deferido o registro de candidatura para concorrer ao cargo eletivo de Prefeito Municipal de uma importante capital brasileira, deseja aumentar a capilaridade de seu projeto de governo junto à população, de modo que um número maior de eleitores tenha conhecimento de suas propostas. Com esse objetivo, consultou você, como advogado(a), a respeito da possibilidade de veicular propaganda eleitoral paga, na imprensa escrita, durante o período de propaganda eleitoral. Quanto à orientação a ser dada, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua resposta.

- a) A realização da propaganda eleitoral na forma pretendida é vedada, em qualquer hipótese.**
- b) A propaganda eleitoral que ele deseja realizar é a única de natureza não gratuita permitida pela legislação eleitoral, podendo ser realizada até o dia da eleição.**
- c) A veiculação de anúncios de propaganda eleitoral na imprensa escrita é permitida, observados limites quantitativos e de espaço, até a antevéspera das eleições.**
- d) Somente os partidos políticos podem contratar a realização da propaganda eleitoral pretendida por Pedro, sendo os limites quantitativos distribuídos internamente entre os candidatos do respectivo partido.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre propaganda eleitoral, mais especificamente, imprensa escrita.

A alternativa A está incorreta. a propaganda eleitoral paga na imprensa escrita é, sim, permitida. A Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições) e as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a regulamentam, e não a proíbem. A vedação total se aplica a outros meios, como rádio e TV, que são, em regra, gratuitos.

A alternativa B está incorreta. Embora a propaganda paga na imprensa escrita seja a única permitida entre os veículos de comunicação, a segunda parte da afirmação está errada. O prazo final para a veiculação não é o dia da eleição, mas sim a ante-véspera (o sábado anterior ao domingo da votação), conforme o art. 43, caput, da Lei nº 9.504/97. Vejamos: “Art. 43. São permitidas, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução na internet do jornal impresso, de até 10 (dez) anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo, por edição, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e de 1/4 (um quarto) de página de revista ou tabloide.”

A alternativa C está correta. A propaganda na imprensa escrita é paga, observa limitação de volume de veiculação e de tamanho e pode ser feita até a antevéspera das eleições.

A alternativa D está incorreta. A Lei das Eleições permite que tanto os partidos políticos quanto os candidatos individualmente contratem a propaganda paga na imprensa escrita, sendo que, nos termos

do art. 43, § 1º, da Lei nº 9.504/97, deverá constar do anúncio, de forma visível, o valor pago pela inserção.

QUESTÃO 21. João, brasileiro domiciliado no Japão, celebrou um contrato presencial no Japão com Adam, estrangeiro domiciliado no Brasil, com uma cláusula de eleição de foro, em que o Brasil foi escolhido como competente para resolver eventuais conflitos.

A controvérsia sobre o contrato foi submetida à justiça brasileira. Assinale a opção que indica, conforme a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), a lei que deve ser aplicada para a resolução da lide

- a) A do Brasil, devido à cláusula de eleição de foro.**
- b) A do Japão, porque é o local em que João é domiciliado.**
- c) A do Brasil, porque é o local em que Adam é domiciliado.**
- d) A do Japão, porque é o local em que o contrato foi celebrado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre contrato celebrado no exterior, entre partes domiciliadas em países diferentes, mas que escolheram o foro brasileiro para resolver eventual litígio. A dúvida central é distinguir duas coisas: foro competente (jurisdição) e lei aplicável (direito material).

A alternativa A está incorreta, pois a cláusula de eleição de foro define apenas qual jurisdição será competente para processar e julgar a demanda, mas não estabelece qual lei deve ser aplicada ao mérito da controvérsia.

A alternativa B está incorreta, já que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) não utiliza o domicílio das partes como critério para determinar a lei aplicável ao contrato. O domicílio pode ser relevante em outros contextos do direito internacional privado, como em matéria de estado e capacidade das pessoas, mas não para a definição da lei que rege as obrigações contratuais.

A alternativa C está incorreta, na medida em que o domicílio de uma das partes não é critério determinante para fixar a lei aplicável ao contrato. O fato de Adam residir no Brasil não torna automaticamente aplicável a lei brasileira. O critério estabelecido pela LINDB é objetivo e não depende do domicílio dos contratantes.

A alternativa D está correta, pois o artigo 9º da LINDB dispõe que “para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem”. Como o contrato foi celebrado presencialmente no Japão, a lei japonesa é a aplicável à relação contratual. A eleição de foro brasileiro não altera essa regra, já que se refere apenas à competência jurisdicional, e não à lei material aplicável. Portanto, a solução adequada é reconhecer que a Justiça brasileira julgará o litígio, mas aplicando a lei japonesa ao mérito da causa.

QUESTÃO 22. A Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados de 1969 estabelece regras gerais para os tratados internacionais em relação a diversos aspectos, como entrada em vigor, aplicação e interpretação. Quanto à interpretação dos tratados, estes devem ser interpretados de boa-fé levando em consideração o contexto, o objetivo e a finalidade.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Para os fins de interpretação de um tratado, o contexto compreenderá, além do texto, seu preâmbulo e anexos.**
- b) Toda vez que um tratado for autenticado em duas ou mais línguas, sem exceção, seu texto tem validade em cada uma delas.**
- c) Uma versão do tratado em língua diversa daquelas em que o texto foi autenticado, só será considerada texto autêntico se o tratado o previr.**
- d) Não são admitidos meios suplementares de interpretação dos tratados internacionais, como os trabalhos preparatórios e as circunstâncias de conclusão do tratado, ainda que a interpretação deixe o sentido ambíguo ou obscuro.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a interpretação de tratados internacionais segundo as regras estabelecidas pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969.

A alternativa A está correta, pois de acordo com a Convenção de Viena de 1969 (art. 31, §2º): para os fins de interpretação de um tratado, o contexto compreenderá, além do texto, seu preâmbulo e anexos: a) qualquer acordo relativo ao tratado e feito entre todas as partes em conexão com a conclusão do tratado; b) qualquer instrumento estabelecido por uma ou várias partes em conexão com a conclusão do tratado e aceito pelas outras partes como instrumento relativo ao tratado. A regra confirma que a interpretação não se limita ao texto principal, mas abrange elementos formais que ajudam a esclarecer a intenção dos Estados signatários.

A alternativa B está incorreta, já que o art. 33 da Convenção prevê que: “quando um tratado foi autenticado em duas ou mais línguas, seu texto faz igualmente fé em cada uma delas, a não ser que o tratado disponha ou as partes concordem que, em caso de divergência, prevalece um texto determinado.” Portanto, não é “sem exceção”, como afirma a alternativa.

A alternativa C está incorreta, na medida em que uma versão em língua diferente daquelas autenticadas só terá caráter autêntico se assim for estabelecido no próprio tratado. Essa afirmação é verdadeira, mas isoladamente não reflete a integralidade da disciplina da Convenção (que também prevê a interpretação harmonizada das versões autênticas).

A alternativa D está incorreta, pois admite meios suplementares de interpretação, como os trabalhos preparatórios (travaux préparatoires) e as circunstâncias da conclusão do tratado, especialmente quando a interpretação deixa o sentido ambíguo, obscuro ou leva a resultado manifestamente absurdo ou irracional. Logo, a alternativa nega expressamente o que a Convenção prevê.

QUESTÃO 23. Em um determinado exercício financeiro, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pelo Governador do Estado Alfa à Assembleia Legislativa dispunha sobre matérias relacionadas ao direito financeiro, entre as quais:

I. autorização para abertura de créditos adicionais suplementares;

II. autorização para abertura de créditos adicionais especiais;

III. autorização para contratação de operações de crédito;

IV. autorização para contratação de operações de crédito por antecipação de receita.

Diante desse cenário, à luz do texto da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) A autorização para abertura de créditos adicionais suplementares não poderia constar neste PLOA.

b) A autorização para abertura de créditos adicionais especiais foi indevidamente inserida neste PLOA.

c) A autorização para contratação de operações de crédito não poderia ser prevista neste PLOA.

d) A Constituição Federal expressamente proíbe que se insira no PLOA autorização para contratação de operações de crédito por antecipação de receita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema leis orçamentárias.

A alternativa A está incorreta, pois a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares é permitida pelo art. 165, § 8º, da CF: “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei”.

A alternativa B está correta, pois a autorização para abertura de créditos adicionais especiais é vedada pelo art. 165, § 8º, da CF, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois a autorização para contratação de operações de crédito é permitida pelo art. 165, § 8º, da CF, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, é permitida pelo art. 165, § 8º, da CF, conforme comentários à alternativa A.

QUESTÃO 24. O Município Alfa revogou a lei que instituíu a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos imóveis situados em seu território, há mais de 5 anos, deixando, desde então, de realizar sua cobrança e arrecadação.

Notificado pelo respectivo Tribunal de Contas para retornar a cobrar o imposto por descumprir um dos requisitos essenciais de uma gestão fiscal responsável, o prefeito pergunta a você, como advogado(a), qual será a consequência para a municipalidade, caso mantenha a política da não instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência constitucionalmente atribuída.

Nesse cenário, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), você respondeu que o Município Alfa ficará impedido de

- a) realizar operações de crédito.**
- b) realizar qualquer concurso público.**
- c) receber transferências voluntárias.**
- d) contratar com qualquer outro ente da Federação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema responsabilidade na gestão fiscal.

A alternativa A está incorreta, pois a sanção prevista para o ente que não institua, preveja e efetivamente arrecade todos os impostos de sua competência é a vedação à realização de transferências voluntárias em seu favor, conforme art. 11, parágrafo único, da LC 101/2000: “Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos”.

A alternativa B está incorreta, pois a sanção prevista para o ente que não institua, preveja e efetivamente arrecade todos os impostos de sua competência é a vedação à realização de transferências voluntárias em seu favor, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está correta, pois a sanção prevista para o ente que não institua, preveja e efetivamente arrecade todos os impostos de sua competência é a vedação à realização de transferências voluntárias em seu favor, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois a sanção prevista para o ente que não institua, preveja e efetivamente arrecade todos os impostos de sua competência é a vedação à realização de transferências voluntárias em seu favor, conforme comentários à alternativa A.

QUESTÃO 25. Paulo, domiciliado em Ubatuba (SP), era proprietário de uma única embarcação automotora, que ficava ancorada em Paraty (RJ).

Ele veio a falecer no início do ano de 2024, em Belo Horizonte (MG), durante visita à filha e única herdeira, Joana, domiciliada nesta mesma cidade. A filha, maior de idade e capaz, realizou o inventário extrajudicial de seu pai perante tabelião de Belo Horizonte (MG).

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, assinale a opção que indica, corretamente, o Estado em que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) incidente sobre essa transmissão causa mortis é devido.

a) Minas Gerais, por ser o local onde se processou o inventário extrajudicial.

b) Minas Gerais, por ser o local de domicílio da única herdeira.

c) São Paulo, por ser o local de domicílio do falecido.

d) Rio de Janeiro, por ser o local onde ancorada a embarcação automotora.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

A alternativa A está incorreta, pois o ITCMD referente à transmissão de bens móveis será devido ao local onde domiciliado o de cujus, conforme art. 155, I, c/c § 1º, II, da CF: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (...) § 1º O imposto previsto no inciso I: II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde era domiciliado o de cujus, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal”.

A alternativa B está incorreta, pois o ITCMD referente à transmissão de bens móveis será devido ao local onde domiciliado o de cujus, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está correta, pois o ITCMD referente à transmissão de bens móveis será devido ao local onde domiciliado o de cujus, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois o ITCMD referente à transmissão de bens móveis será devido ao local onde domiciliado o de cujus, conforme comentários à alternativa A.

QUESTÃO 26. A entidade religiosa ABC requereu o reconhecimento da imunidade de IPTU do imóvel em que realizava seus cultos, bem como do edifício ao lado, que servia de moradia para seus ministros religiosos e suas famílias.

O Município Alfa negou parcialmente tal reconhecimento, afirmando que, embora ambos os imóveis fossem registrados em nome da entidade religiosa ABC, possuíam matrículas distintas

no Registro de Imóveis. Desta forma, reconheceu que apenas o imóvel em que realizava seus cultos seria contemplado com a imunidade tributária reconhecida pela Constituição Federal.

Surpreendida, a entidade religiosa ABC procurou você, como advogado(a), para questionar essa decisão.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação para o caso.

a) A entidade deve escolher sobre qual imóvel deve recair a imunidade do IPTU, uma vez que os imóveis têm matrículas distintas.

b) O imóvel que tem como função precípua a realização dos cultos fará jus à imunidade do IPTU, já que os imóveis apresentam duplicidade de matrículas.

c) A imunidade tributária religiosa do IPTU beneficia o imóvel em que se realiza o culto e todos os imóveis afetados à sua finalidade essencial, ainda que os imóveis tenham matrículas distintas.

d) Para que os imóveis pudessem gozar da imunidade tributária religiosa do IPTU, seria necessário que suas matrículas fossem unificadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Imunidade Religiosa.

A alternativa A está incorreta, pois não há necessidade de que a imunidade religiosa recaia sobre apenas um imóvel da entidade, conforme art. 150, VI, b, da CF: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes”.

A alternativa B está incorreta, pois não há necessidade de que a imunidade religiosa recaia sobre apenas um imóvel da entidade, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está correta, pois não há necessidade de que a imunidade religiosa recaia sobre apenas um imóvel da entidade, conforme comentários à alternativa A. Em acréscimo, o STF já decidiu que o local de residência de Ministros Religiosos é alcançado pela imunidade: “DIREITO TRIBUTÁRIO. IPTU. IMUNIDADE. INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS. IMÓVEIS. TEMPLO E RESIDÊNCIA DE MEMBROS. CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES. 1. O fato de os imóveis estarem sendo utilizados como escritório e residência de membros da entidade não afasta a imunidade prevista no art. 150, VI, c, § 4º da Constituição Federal. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF - AgR ARE: 895972 RJ - RIO DE JANEIRO 0399108-09.2009.8.19.0001, Relator.: Min. ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 02/02/2016, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-034 24-02-2016)”.

A alternativa D está incorreta, pois não há necessidade de que a imunidade religiosa recaia sobre apenas um imóvel da entidade, conforme comentários à alternativa A.

QUESTÃO 27. Uma sociedade empresária do setor petrolífero adquiriu uma Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência de Petróleo, a fim de produzir petróleo nas águas territoriais brasileiras.

Esta Unidade tem capacidade de se locomover pelas águas por meio de motores próprios, razão pela qual o Estado Alfa, onde fica o domicílio da sociedade empresária, publicou, em 10/02/2024, lei estadual ordinária estabelecendo que a propriedade de tais Unidades configura fato gerador de IPVA.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Embora se trate de veículo automotor, a Constituição Federal proíbe a incidência de IPVA sobre quaisquer veículos aquáticos.**
- b) O IPVA não pode incidir sobre veículo que é utilizado nas águas territoriais brasileiras, mas apenas se fosse utilizado em terra.**
- c) Somente por lei complementar se poderia delimitar a incidência de IPVA sobre este tipo de Unidade.**
- d) Apesar de poder ser classificada como veículo automotor, o IPVA não incidirá por exceção constitucional.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema Imposto Sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA).

A alternativa A está incorreta, pois, desde a reforma tributária (EC 132/2023), é permitida a tributação de veículos terrestres, aéreos e aquáticos, conforme art. 155, III, c/c § 6º, III, da CF: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: III - propriedade de veículos automotores. (...) § 6º O imposto previsto no inciso III: III - incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, excetuados”.

A alternativa B está incorreta, pois, desde a reforma tributária (EC 132/2023), é permitida a tributação de veículos terrestres, aéreos e aquáticos, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois a Constituição não estabeleceu necessidade de lei complementar para instituição do IPVA pelos Estados. Ademais, o STF já pacificou que, na ausência de lei complementar nacional sobre normas gerais do IPVA, os Estados podem exercer a competência plena: “(...) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DISCIPLINA. Mostra-se constitucional a disciplina do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores mediante norma local. Deixando a União de editar normas gerais, exerce a unidade da federação a competência legislativa plena - § 3º do artigo 24, do corpo permanente da Carta de 1988 -, sendo que, com a entrada em vigor do sistema tributário nacional, abriu-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a via da edição de leis necessárias à respectiva aplicação - § 3º do artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta de 1988. (AI 167777 AgR, Relator(a): MARCO

AURÉLIO, Segunda Turma, julgado em 04-03-1997, DJ 09-05-1997 PP-18134 EMENT VOL-01868-04 PP-00796)".

A alternativa D está correta, pois, apesar de ser permitida a tributação de veículos terrestres, aéreos e aquáticos, conforme comentários à alternativa A, existe imunidade específica prevista no art. 155, § 6º, III, c, da CF: "§ 6º O imposto previsto no inciso III: III - incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, excetuados: c) plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios, inclusive aquelas cuja finalidade principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva e embarcações que tenham essa mesma finalidade principal".

QUESTÃO 28. José recebeu notificação para pagar ou impugnar o lançamento referente a determinado crédito tributário estadual dentro do prazo de 30 dias corridos. No 20º dia do recebimento da notificação, quando pretendia protocolizar impugnação administrativa contra a cobrança, verificou, por meio da Internet, que seu nome já constava do cadastro da Dívida Ativa Estadual, em razão da dívida que lhe fora notificada.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Como já ocorrera previamente o lançamento tributário, a inserção do nome de José no cadastro da Dívida Ativa Estadual era devida.

b) Foi indevida a inserção do nome de José no cadastro da Dívida Ativa Estadual antes do vencimento do prazo para pagamento ou impugnação.

c) É possível a inserção do nome de José no cadastro da Dívida Ativa Estadual, sob condição resolutiva vinculada ao prazo de 30 dias ofertado para que pagasse ou impugnasse o lançamento.

d) O lançamento da dívida tributária se faz por meio do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, razão pela qual não seria possível fazer o lançamento sem que o nome de José fosse inscrito em Dívida Ativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema Dívida Ativa.

A alternativa A está incorreta, pois a inscrição em dívida ativa é possível apenas após esgotado o prazo fixado para pagamento, conforme art. 201 do CTN: "Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular"

A alternativa B está correta, pois revela a correta interpretação do art. 201 do CTN, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois a inscrição em dívida ativa é possível apenas após esgotado o prazo fixado para pagamento, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois a inscrição em dívida ativa é possível apenas após esgotado o prazo fixado para pagamento, conforme comentários à alternativa A. Ademais, a alternativa parece confundir conceitos de direito tributário, como lançamento tributário (constitui o crédito tributário) e inscrição em dívida ativa (quando já há crédito tributário constituído e não adimplido).

QUESTÃO 29. Tendo ocorrido uma situação de calamidade pública no Município Alfa, no final do ano de 2022, a União enviou vultosos recursos federais para enfrentar tal situação. De modo a também diminuir a carga tributária sobre a população municipal nesse período, a União, por lei federal, aprovou uma isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no Município, por todo o ano de 2023. O Prefeito municipal estava de acordo e editou um decreto para regulamentar a forma como se daria o gozo dessa isenção.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A referida isenção, para ser válida, deveria ter sido veiculada por lei municipal.**
- b) A União, em situação de calamidade pública, excepcionalmente, fica autorizada por lei federal a conceder isenção de qualquer imposto municipal.**
- c) A União, como ente central, pode condicionar a entrega de tais recursos ao Município à aceitação de que lei federal conceda isenção de imposto municipal.**
- d) A edição de decreto por parte do Prefeito configura a concordância do ente municipal com a concessão de tal isenção, tornando-a válida por ratificação expressa do Município.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema Exclusão do Crédito Tributário.

A alternativa A está correta, pois a Constituição Federal veda à União instituir isenção de tributo de Competência dos Municípios, conforme art. 151, III: “Art. 151. É vedado à União: III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios”.

A alternativa B está incorreta, pois a Constituição Federal veda à União instituir isenção de tributo de Competência dos Municípios, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois a Constituição Federal veda à União instituir isenção de tributo de Competência dos Municípios, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois a Constituição Federal veda à União instituir isenção de tributo de Competência dos Municípios, conforme comentário à alternativa A.

QUESTÃO 30. Juliana ajuizou duas ações indenizatórias que resultaram na condenação dos réus, obrigando-os a pagar vultosa quantia em dinheiro. A primeira foi ajuizada em face de uma autarquia e, a segunda, em face de uma sociedade de economia mista que realiza atividade econômica em regime concorrencial, cujos bens não estão afetados ao serviço público. Considerando que ambas as condenações transitaram em julgado e estão em fase de cumprimento de sentença, Juliana questionou você, como advogada(o), acerca da viabilidade de penhora dos bens das mencionadas entidades administrativas. Considerando a definição legal de bens públicos, assinale a opção que indica a informação correta que você prestou.

a) A penhora dos bens das referidas entidades administrativas integrantes da Administração Indireta é possível, considerando que os bens de ambas são privados.

b) A penhora dos bens das citadas entidades administrativas não é admissível, na medida em que os bens de ambas são públicos.

c) A penhora dos bens da autarquia é possível, na medida em que seus bens são privados, mas os da sociedade de economia mista não é viável, considerando que seus bens são públicos.

d) A penhora dos bens da sociedade de economia mista é possível, porque seus bens são privados, mas os da autarquia não podem ser penhorados, uma vez que seus bens são públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre bens públicos.

A alternativa A está incorreta. Nem todos os bens das entidades da Administração Indireta são privados. As autarquias, por serem pessoas jurídicas de direito público, possuem bens públicos (art. 98 do Código Civil), insuscetíveis de penhora (STF, Súmula 556; STJ, Súmula 249). Já as sociedades de economia mista que atuam em regime concorrencial têm bens privados, quando não afetados à prestação de serviço público, admitindo-se a penhora nesses casos.

A alternativa B está incorreta. Ela generalizou muito. De fato, os bens da autarquia, são públicos e impenhoráveis. Contudo, os bens de sociedade de economia mista que atua em regime concorrencial não são considerados bens públicos, podendo ser penhorados, salvo se afetados ao serviço público essencial.

A alternativa C está incorreta. Essa alternativa inverte a natureza dos bens. A autarquia possui bens públicos, por ser pessoa jurídica de direito público, portanto insuscetíveis de penhora. Já a sociedade de economia mista, como mencionado, pode ter bens penhoráveis, desde que não afetados à prestação de serviço público.

A alternativa D está correta. A autarquia é ente da Administração Indireta de direito público, com privilégios processuais e bens públicos (como impenhorabilidade e sujeição ao regime de precatórios — CF, art. 100). Já a sociedade de economia mista que atua sob regime privado e concorrencial, sem prestar serviço público, não goza dessa proteção, podendo seus bens ser penhorados. CC: "Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião". Portanto, os bens de autarquia (PJ de direito público) são bens públicos;

bens de sociedade de economia mista (PJ de direito privado) são bens privados. Se a sociedade de economia mista prestasse serviço público e seus bens estivessem afetados a essa prestação, a jurisprudência reconhece a concessão do privilégio da impenhorabilidade, mas o próprio enunciado afasta essa hipótese ao dizer que a atividade é econômica concorrencial e os bens não estão afetados ao serviço. O STF, no RE 594.015/MG, fez essa diferença de tratamento entre empresas estatais prestadoras de serviço público e as que exploram atividade econômica.

QUESTÃO 31. Jaílson pretende adquirir uma propriedade rural, considerada média nos termos da lei, que será a única de sua titularidade, para realizar a plantação de alimentos orgânicos para subsistência, mas tem o receio de investir todas as suas economias em imóvel que seja passível de desapropriação para fins de reforma agrária pela União, mediante indenização em títulos da dívida agrária. Diante disso, Jaílson consultou você, como advogado(a), acerca dos bens que podem ser objeto dessa intervenção do Estado na propriedade. Assinale a opção que apresenta a informação que você, corretamente, prestou.

a) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, assim definidas em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

b) Qualquer propriedade é passível de desapropriação para fins de reforma agrária, independentemente de seu tamanho ou produtividade.

c) O tamanho da propriedade não é relevante com relação à desapropriação para fins de reforma agrária, pois são insuscetíveis de tal medida apenas os imóveis produtivos.

d) Somente os latifúndios são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, ainda que sejam produtivos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre desapropriação.

A alternativa A está correta. Conforme dispõe o artigo 184 da Constituição Federal, permite que a União, em algumas situações, desapropriar terras rurais, desde que preenchidos alguns requisitos. Porém, o artigo 185, inciso I, da Carta Magna, veda que essa desapropriação abarque as pequenas e médias propriedades rurais, desde que seu proprietário não possua outra. Ou seja, a alternativa está correta porque Jaílson não poderá ter sua terra expropriada por vedação constitucional.

A alternativa B está incorreta. A Constituição estabelece critérios objetivos para que ocorra a desapropriação para fins de reforma agrária, como o descumprimento da função social da propriedade (art. 184), e ainda protege determinadas propriedades da desapropriação (art. 185). Ou seja, não é qualquer propriedade que pode ser desapropriada. A alternativa

C está incorreta. Tanto o tamanho da propriedade (pequena ou média) quanto a produtividade são critérios levados em consideração. A proteção contra desapropriação não se restringe a imóveis produtivos, mas também abrange pequena e média propriedade desde que seja única de titularidade do proprietário.

A alternativa D está incorreta. A desapropriação para reforma agrária não se limita aos latifúndios, mas sim a qualquer imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, independentemente de ser latifúndio ou não. E imóveis produtivos são insuscetíveis de desapropriação, mesmo que sejam grandes.

QUESTÃO 32. A sociedade empresária Chique possui dois contratos administrativos distintos regularmente formalizados como Município Gama, tendo por objeto a realização de serviços contínuos, com contratação de mão de obra para atividades de limpeza e manutenção predial. Registre-se que em apenas uma das contratações há cláusula expressa para a adoção de meios alternativos de solução de controvérsias. Durante a execução, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos foi fortemente afetado por áleas econômicas extraordinárias e imprevisíveis. Dessa forma, os representantes da sociedade empresária Chique procuram você, como advogado(a), sobre a viabilidade de usar instrumentos consensuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou outro meio extrajudicial para dirimir o conflito. À luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que, corretamente, materializa a essência da consultoria jurídica prestada por você à sociedade empresária Chique.

a) O contrato, que não prevê expressamente a utilização de meios alternativos de solução de controvérsias, pode ser aditado para admitir instrumentos consensuais para tal finalidade.

b) O contrato, que possui previsão expressa, pode usar a arbitragem como meio alternativo de resolução das controvérsias, sendo que a escolha dos árbitros cabe à contratante, independentemente dos critérios isonômicos, técnicos e de transparência.

c) conciliação e a mediação não são admitidas como Instrumentos consensuais para a resolução de conflitos com a Administração Pública, de modo que não é possível a utilização de tais meios alternativos, nem mesmo para a hipótese em que exista previsão contratual.

d) Em razão da natureza do conflito, que versa sobre o equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo, não é viável o uso de qualquer meio alternativo de resolução das controvérsias, de forma que eventual cláusula contratual nesse sentido, estipulada pelo Município Alfa e pela sociedade empresária Chique, é nula.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre contratos administrativos.

A alternativa A está correta. O artigo 153, da Lei nº 14.133/2021, nossa Lei de Licitações, permite que o contrato seja aditado para que se prevejam cláusulas de solução consensual de conflitos (arbitragem, mediação, conciliação e comitê de resolução de disputas). Esse aditamento inclui os contratos que não previam essas cláusulas.

A alternativa B está incorreta. A arbitragem é sim admitida, conforme art. 151, mas a escolha dos árbitros não é livre pela contratante. Ainda, o artigo 154 determina que a escolha deve seguir critérios isonômicos, técnicos e transparentes, o que impede a contratação unilateral dos árbitros por uma das partes.

A alternativa C está incorreta. A mediação e a conciliação são expressamente previstas pela Lei nº 14.133/2021 como meios válidos de resolução de conflitos. O art. 151 reconhece expressamente esses mecanismos, inclusive para questões que envolvam direitos patrimoniais disponíveis, como o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A alternativa D está incorreta por contrariar o previsto no artigo 151 da Lei de Licitações. O conflito envolve direitos patrimoniais disponíveis (equilíbrio econômico-financeiro do contrato), justamente uma das hipóteses em que se admite a mediação, conciliação e arbitragem (art. 151, parágrafo único). Logo, a cláusula é válida e a utilização desses meios é plenamente possível.

QUESTÃO 33. A sociedade empresária Bemquerer obteve junto ao órgão municipal competente uma licença, que não tem cunho ambiental, versando sobre matéria administrativa, a qual é ato vinculado, mediante o preenchimento dos requisitos legais, de acordo com a orientação geral da Administração, vigente à época do deferimento, quanto a certo conceito jurídico indeterminado constante da respectiva norma local. Diante da relevância de tal licença para as suas atividades, os dirigentes da aludida sociedade consultaram você, na condição de advogado(a), em relação à viabilidade de modificação da situação jurídica deles, em decorrência de eventual mudança de entendimento atinente ao referido conceito jurídico indeterminado, notadamente se a nova orientação vier a impor um novo condicionamento para o Direito. À luz das normas sobre segurança jurídica e eficiência na interpretação e aplicação do Direito Público, introduzidas pela Lei nº 13.655/2018 no Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), assinale a opção que, corretamente, apresenta seu esclarecimento.

a) Caso nova orientação geral venha a ser editada pela Administração, deve ser invalidada situação jurídica consolidada para a sociedade Bemquerer, mesmo que a licença ainda esteja em seu prazo de validade, considerando que a anulação deve operar efeitos retroativos.

b) Eventual mudança de orientação geral em sede administrativa deve retroagir para alcançar a situação jurídica constituída para a sociedade Bemquerer, independentemente da orientação vigente à época do deferimento da licença, o que importaria necessariamente na revogação do ato deferido.

c) O entendimento que permitiu o deferimento da licença para a sociedade Bemquerer apenas poderia prevalecer se fundado em jurisprudência firmada no âmbito do Poder Judiciário, considerando que as diretrizes estabelecidas em sede administrativa não podem ser consideradas orientações gerais.

d) A decisão administrativa que venha a estabelecer nova orientação que preveja novo condicionamento do Direito, deverá prever regime de transição para que a sociedade Bemquerer possa cumprir tal condicionamento ulterior de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre a LINDB (e seus dispositivos envolvendo decisões dos órgãos administrativos).

A alternativa A está incorreta, pois desconsidera a proteção à segurança jurídica e à boa-fé dos particulares. A LINDB veda a aplicação retroativa de nova interpretação que altere situações já consolidadas sob orientação anterior, salvo excepcional interesse público justificado. Aqui, a licença foi deferida de forma regular sob a norma vigente, logo não pode ser invalidada automaticamente.

A alternativa B está incorreta. A LINDB consagra a irretroatividade das mudanças interpretativas, justamente para evitar insegurança jurídica e proteger os administrados que agiram conforme a orientação então vigente. O entendimento da Administração não pode prejudicar de forma retroativa situações regularmente constituídas. É praticamente a mesma fundamentação da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. A alternativa ignora que a própria Administração Pública pode formular orientações gerais em sede administrativa. A LINDB reconhece a legitimidade dessas interpretações administrativas, inclusive para fins de controle e segurança jurídica. A validade da licença não depende de respaldo judicial, bastando que tenha sido deferida conforme orientação administrativa geral vigente à época.

A alternativa D está correta, pois respeita o princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima. Quando a Administração adota nova interpretação de norma com conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou restrição, ela deve prever regime de transição, como determina o art. 23 da LINDB. Isso visa evitar efeitos abruptos e permitir adaptação razoável por parte dos administrados.

QUESTÃO 34. Em dezembro de 2024, Lucas, servidor público celetista no âmbito da empresa pública XYZ, permitiu, culposamente, que Matheus da Silva utilizasse veículos automotores da estatal para a execução de serviços particulares, sem qualquer relação com a empresa pública. Nesse contexto, após tomar ciência de que o Ministério Público deflagrou inquérito civil para apurar os fatos, Lucas procurou você para, na qualidade de advogado(a), lhe prestar a adequada orientação jurídica. Sobre a posição de Lucas, considerando a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a afirmativa correta.

a) Ele responderá por ato de improbidade administrativa, desde que se comprove a perda patrimonial efetiva em detrimento da empresa pública XYZ.

b) Ele não está sujeito aos regramentos da Lei de Improbidade Administrativa, por não se enquadrar como um servidor público estatutário.

c) Ele não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, já que não agiu de forma dolosa.

d) Ele será responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre Improbidade Administrativa.

A alternativa A está incorreta. Mesmo que haja dano ao erário, a responsabilização por improbidade depende de conduta dolosa (com intenção deliberada de lesar). A simples perda patrimonial causada por culpa (negligência, imprudência ou imperícia) não caracteriza improbidade. O novo §2º do art.1º da LIA exige dolo específico.

A alternativa B está incorreta. A LIA alcança também empregados públicos celetistas, como os que trabalham em empresas públicas, conforme previsto no próprio caput do art. 1º. O regime jurídico (celetista ou estatutário) não é critério excludente para fins de responsabilização por improbidade.

A alternativa C está correta. A conduta de Lucas foi culposa (ele não teve a intenção de favorecer Matheus nem de causar prejuízo à empresa). A Lei nº 14.230/2021, que alterou a LIA, passou a exigir dolo para qualquer ato ímprobo, inclusive os previstos nos artigos 10 e 11. Não se admite mais improbidade culposa.

A alternativa D está incorreta, pois a conduta de Lucas, além de não ser dolosa, não resultou em enriquecimento ilícito próprio, mas sim em proveito de terceiro (Matheus). Além disso, mesmo que houvesse benefício próprio, o elemento subjetivo do dolo é imprescindível para configurar a infração.

QUESTÃO 35. A sociedade empresária Empreendedorix deseja construir em grande shopping center em terreno situado na área urbana do Município Delta, que contribuirá para incrementar o comércio na localidade, mas surtirá efeitos na qualidade de vida da população e no meio ambiente do entorno, razão pela qual a atividade se enquadra entre aquelas para as quais é necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Ocorre que o Município Delta tem legislação local que define que tal empreendimento privado depende de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público local.

Em razão disso, os representantes da sociedade empresária Empreendedorix procuram você, como advogado(a), para esclarecer as peculiaridades do instrumento previsto na referida legislação municipal.

Considerando os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

a) O EIV, diferentemente do EIA, não pode ser enquadrado como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

b) A realização do EIV não substitui a elaboração e a aprovação do EIA, requeridas nos termos da legislação ambiental.

c) O EIV será executado de forma a contemplar seus efeitos positivos, mas não precisa apontar os efeitos negativos do empreendimento, diante de seus objetivos legítimos.

d) Independentemente de previsão na lei municipal, o EIV seria necessário, considerando o grande empreendimento a ser realizado pela sociedade Empreendedorix.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

A alternativa A está incorreta, pois tanto o EIV como o EIA podem ser enquadrados (ou considerados) como instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme determina o art. 9º, incisos III e IV, da Lei 6.938/1981. Veja literalidade da lei: “Art. 9º - São Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: III - a avaliação de impactos ambientais; IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;”.

A alternativa B está correta, pois é a literalidade do art. 38 da Lei 10.257/2001. Veja literalidade da lei: “Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.”.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 37 da Lei 10.257/2001 prevê expressamente que deverão ser contemplados tanto os efeitos positivos como negativos. Veja a literalidade da lei: “Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:”.

A alternativa D está incorreta, pois depende de lei municipal. A lei municipal definirá quais empreendimentos dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), conforme determina o art. 36 da Lei 10.257/2001. Veja a literalidade da lei: “Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal”.

QUESTÃO 36. Por decisão de seus representantes legais, o exercício de determinada atividade empresarial da sociedade Aurora, em benefício próprio, ensejou a poluição de um determinado rio, de modo que a conduta praticada ocasionou severos danos ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, caracteriza ilícito penal, civil e administrativo.

Diante dessa situação hipotética e considerando as normas de responsabilização da pessoa jurídica em matéria ambiental, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade Aurora deve ser responsabilizada administrativa, civil e penalmente pela aludida conduta, nos termos da legislação de regência.

b) Eventual responsabilização penal da sociedade Aurora afasta a possibilidade de que ela seja responsabilizada nas esferas civil e administrativa.

c) Para que possa responder na esfera administrativa, é imprescindível a condenação penal da sociedade Aurora, o que não ocorre para fins de responsabilização civil.

d) Por se tratar de pessoa jurídica, a sociedade Aurora não pode ser responsabilizada na esfera penal, de modo que a sua responsabilização fica restrita às esferas civil e administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema da responsabilidade ambiental das pessoas jurídicas.

A alternativa A está correta, pois reflete à literalidade do art. 3º da Lei 9.605/1998. Veja a literalidade da lei: “Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 3º da Lei 9.605/1998 determina que a responsabilidade da pessoa jurídica que cometa infração por decisão de seu representante legal (como é o caso do enunciado) responde nas três esferas: penal, civil e administrativa. Veja a literalidade da lei: “Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”.

A alternativa C está incorreta, pois no caso do enunciado não há que se falar em aguardar a condenação penal, uma vez que a responsabilidade da pessoa jurídica será apurada nas três esferas: penal, civil e administrativa. Veja a literalidade da lei: “Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”.

A alternativa D está incorreta, pois mesmo sendo pessoa jurídica, poderá ser responsabilizada nas três esferas: penal, civil e administrativa. Veja a literalidade da lei: “Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”.

QUESTÃO 37. Gabriel e Vitória, pais de Ana e de Clara, faleceram em um acidente aéreo. Os parentes mais próximos de Ana e Clara são os tios, Rafael - irmão de Gabriel -, com 42 anos de idade, e a tia, Júlia - irmã de Vitória -, com 38 anos de idade. Atualmente, Ana tem 9 anos de idade e Clara, 7.

Verificou-se que, em seus respectivos testamentos, Gabriel e Vitória nomearam, como tutor de Ana e Clara, Lucas, primo de Gabriel.

Sobre o caso narrado, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Júlia deverá exercer a tutela das meninas, por estar no mesmo grau de parentesco que Rafael, e por ser mais nova que ele, além de ser parente mais próxima que Lucas.

b) Rafael deverá exercer a tutela das meninas, por estar no mesmo grau de parentesco que Júlia, e por ser mais velho que ela, além de ser parente mais próximo que Lucas.

c) Lucas não poderá exercer a tutela, porque somente os colaterais até o terceiro grau podem ser tutores.

d) Lucas deverá exercer a tutela, por ter sido nomeado pelos pais das meninas em testamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de tutela.

A alternativa D está correta. O Código Civil estabelece que é direito dos pais em conjunto nomear tutor para seus filhos, ante a impossibilidade de ambos exercer o poder familiar. Somente em caso de falta de tutor nomeado pelos pais, é que incumbe a tutela aos parentes consangüíneos do menor. Neste caso, Júlia e Rafael não poderão ser os tutores dos sobrinhos, já que Gabriel e Vitória já haviam nomeado um tutor com anterioridade. Por tanto, Lucas deverá exercer a tutela, por ter sido nomeado pelos pais das meninas em testamento. Veja literalidade da lei: “Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: VI - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar; Art. 1.731. Em falta de tutor nomeado pelos pais incumbe a tutela aos parentes consangüíneos do menor, por esta ordem: I - aos ascendentes, preferindo o de grau mais próximo ao mais remoto; II - aos colaterais até o terceiro grau, preferindo os mais próximos aos mais remotos, e, no mesmo grau, os mais velhos aos mais moços; em qualquer dos casos, o juiz escolherá entre eles o mais apto a exercer a tutela em benefício do menor. Art. 1.729. O direito de nomear tutor compete aos pais, em conjunto. Parágrafo único. A nomeação deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico”.

QUESTÃO 38. A sociedade empresária Calçados Novos Ltda. consultou você, como advogado(a), na qualidade de controladora dos dados pessoais de seus clientes. Isso porque há quantidade relevante de dados cujo término do tratamento já ocorreu, considerando o fim do período de tratamento. Contudo, a sociedade empresária tem a intenção de manter as informações históricas de seus clientes, para fins exclusivamente estatísticos, sem a necessidade de identificar pessoalmente os titulares de cada informação.

Sobre a hipótese narrada, considerando o interesse do cliente, assinale a afirmativa correta.

a) A controladora é obrigada a eliminar os dados pessoais dos clientes cujo término do tratamento já ocorreu, em qualquer hipótese.

b) A controladora pode conservar os dados cujo término do tratamento já ocorreu, desde que ainda seja possível tratar os dados conforme a finalidade específica.

c) A controladora pode conservar os dados cujo término do tratamento já ocorreu, para seu uso exclusivo, vedado o acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

d) A controladora é obrigada a eliminar os dados pessoais dos clientes cujo término do tratamento já ocorreu, desde que desnecessários ao alcance da finalidade específica almejada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Lei Geral de Proteção de Dados.

A alternativa A está incorreta, já que a LGPD enumera as situações em que é permitido a conservação dos dados pessoais após o término do seu tratamento. Veja literalidade da lei: “Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades: (...)”.

A alternativa B está incorreta, já que a alternativa descreve uma situação na qual a LGPD não autoriza a conservação dos dados em caso de que o término do tratamento já ocorreu. No art. 16 da LGPD estão as finalidades para as quais é possível conservar esses dados: “Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades: I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; II - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; III - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados”.

A alternativa C está correta, já que a controladora pode conservar os dados cujo término do tratamento já ocorreu, para seu uso exclusivo, vedado o acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados, nos termos da LGPD: “Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades: IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados”.

A alternativa D está incorreta, já que a controladora, em regra, é obrigada a eliminar os dados pessoais dos clientes cujo término de tratamento já ocorreu, independentemente de que sejam desnecessários ao alcance da finalidade específica almejada. Veja literalidade da lei: “Art. 15. O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses: I - verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada; Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades: I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; (...)”.

QUESTÃO 39. Cláudia é devedora de valores elevados e foi executada em determinada demanda. Para evitar a penhora de seu carro, celebrou contrato de compra e venda do veículo com Eduardo, seu amigo fraterno, indicando data anterior às dívidas. Cláudia e Eduardo combinaram que o contrato não produziria qualquer efeito, de modo que não houve o pagamento do preço e tampouco a transferência da propriedade do carro.

Sobre o contrato celebrado entre Cláudia e Eduardo, assinale a afirmativa correta.

a) É anulável.

b) É válido, mas ineficaz.

c) É nulo, sem possibilidade de aproveitamento.

d) Pode ser convalidado, bastando que se desconsidere a data indicada e se considere a data em que ele efetivamente foi celebrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da invalidade do negócio jurídico.

A alternativa C está correta. A simulação está contida no art. 167 do Código Civil, que prevê a nulidade do negócio jurídico simulado, mas estabelece que o negócio dissimulado subsiste, se válido for na substância e na forma: "Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma".

QUESTÃO 40. Do testamento deixado por Natália constou a seguinte cláusula acerca da parte disponível: "lego o apartamento X para meus filhos Henrique e Carolina, os quais serão individualmente substituídos, se não puderem aceitar, pelo meu filho Carlos."

Após o registro, abertura e determinação de seu cumprimento, Henrique renunciou à sucessão testamentária, satisfazendo-se com a legítima. Você, como advogado(a), foi consultado(a) acerca da transmissão causa mortis do apartamento X.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) Caberá à Carolina e a Carlos, por força da substituição prevista.

b) Ficará integralmente com Carolina, por conta do direito de acrescer.

c) Será dividido entre Henrique e Carolina, pois a renúncia não pode ser parcial.

d) Deverá ser integralmente entregue a Carlos, em razão da disposição conjuntiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da sucessão testamentária.

A alternativa A está correta. O testador pode substituir outra pessoa ao herdeiro ou ao legatário nomeado, para o caso de não querer (renúncia) ou não poder (incapacidade ou ilegitimidade) aceitar a disposição, presumindo-se que a substituição foi determinada para as duas alternativas, ainda que o testador só a uma se refira (art. 1.947). Trata-se da substituição ordinária ou vulgar, que nada mais é do que uma simples substituição: se o primeiro não pode, entre o segundo em seu lugar. Por tanto, ao renunciar Henrique a seu direito na sucessão testamentária. Veja literalidade da lei: "Art. 1.947. O testador pode substituir outra pessoa ao herdeiro ou ao legatário nomeado, para o caso de um ou outro

não querer ou não poder aceitar a herança ou o legado, presumindo-se que a substituição foi determinada para as duas alternativas, ainda que o testador só a uma se refira".

A alternativa B está incorreta. Nos termos do Código Civil, não haverá direito de acrescer, já que o testador estabeleceu um substituto: "Art. 1.941. Quando vários herdeiros, pela mesma disposição testamentária, forem conjuntamente chamados à herança em quinhões não determinados, e qualquer deles não puder ou não quiser aceitá-la, a sua parte acrescerá à dos co-herdeiros, salvo o direito do substituto".

A alternativa C está incorreta. A renúncia pode ser parcial, e Henrique somente renunciou validamente somente à sucessão testamentária. Veja literalidade do Código Civil: "Art. 1.808. Não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo. § 2º O herdeiro, chamado, na mesma sucessão, a mais de um quinhão hereditário, sob títulos sucessórios diversos, pode livremente deliberar quanto aos quinhões que aceita e aos que renuncia".

A alternativa D está incorreta, já que a disposição conjuntiva dispõe que Henrique e Carolina são herdeiros do apartamento e Carlos o substituto de qualquer deles ou de ambos, em caso de renúncia individual. Veja que o apartamento não caberá só a Carlos, pois Caroline não renunciou a sua parte, nos termos dos artigos do Código Civil transcritos nas alternativas acima.

QUESTÃO 41. Beatriz nasceu duzentos e cinquenta dias após a morte do pai, Bernardo, com quem sua mãe, Gabriela, era casada há 2 anos.

Quando Gabriela foi registrar Beatriz, Leonardo, irmão de Bernardo, afirmou que não aceitaria que ela registrasse como filha de Bernardo, a não ser que Gabriela provasse a paternidade, por meio de exame de DNA.

Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) Gabriela precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que é direito da família do falecido questionar a paternidade a este atribuída após a sua morte.

b) Gabriela precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que, nos termos do Código Civil, a paternidade não é presumida após a dissolução do vínculo conjugal.

c) Gabriela não precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que a criança nasceu após a morte de Bernardo e o direito para contestação da paternidade é personalíssimo.

d) Gabriela não precisa realizar o exame de DNA para que possa registrar Beatriz, uma vez que, nos termos do Código Civil, presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal por morte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da presunção de paternidade.

A alternativa D está correta. Gabriela não precisa realizar o exame DNA em seu filho para poder registrar a criança, já que a criança nasceu nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal por morte do seu cônjuge, nos termos do Código Civil: "Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;". Além disso, em qualquer caso no qual se discuta filiação, cabe ao homem ou à mulher, exclusivamente, o direito de contestar a paternidade/maternidade dos filhos, sendo tal ação imprescritível, veja a literalidade do Código Civil: "Art. 1.601. Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível".

QUESTÃO 42. Carlos é titular de direito real de uma laje, referente à parte superior de uma edificação localizada em uma área urbana. Recentemente, ele tomou conhecimento de que uma empresa de internet está negociando diretamente com o proprietário da construção-base para instalar cabamentos de fibra óptica e outros equipamentos de infraestrutura no subsolo dessa construção.

A instalação não interfere no direito real de Carlos, bem como não afeta o uso do bem. Mesmo assim, Carlos tem dúvidas sobre a legalidade dessa instalação sem a sua expressa autorização, bem como sobre seu direito a eventual compensação. Diante disso, ele consultou você, como advogado(a), para orientá-lo sobre a questão.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) Carlos tem o direito de impedir a instalação dos cabos de fibra ótica, pois a utilização do subsolo da construção-base requer sua autorização expressa como titular do direito real de laje.**
- b) A empresa de internet pode instalar os cabos de fibra ótica no subsolo da construção-base sem a autorização de Carlos, pois a instalação não interfere em seu direito real de laje.**
- c) Carlos deve ser compensado financeiramente pela empresa de internet antes da instalação dos cabos no subsolo da construção-base, devido à titularidade de seu direito real de laje.**
- d) A instalação dos cabos de fibra ótica pela empresa de internet é ilegal e pode ser contestada por Carlos judicialmente, já que ele possui um direito real sobre a construção e não autorizou o uso do subsolo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do direito de laje.

A alternativa B está correta. No direito de laje não há transferência de direito de propriedade do imóvel sobrelevado, mas apenas se destacam alguns poderes proprietários. Não à toa, a sobrelevação não implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas (art. 1.510-A, §4º). Por tanto, o proprietário de uma construção-base poderá ceder a superfície superior ou inferior de sua construção, sem contemplar as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base. Veja que se Carlos não tem direito de propriedade e

não tem atribuição de fração ideal de terreno, o proprietário não precisará de sua autorização. Por tanto, a empresa de internet pode instalar os cabos de fibra óptica no subsolo da construção-base sem a autorização de Carlos. Além disso, não cabe qualquer indenização à Carlos, já que conforme o enunciado informa, a colocação dos cabos não interfere no direito real de Carlos, bem como não afeta o uso do bem. Veja literalidade do Código Civil: "Art. 1.510-A. O proprietário de uma construção-base poderá ceder a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo. § 1º O direito real de laje contempla o espaço aéreo ou o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical, como unidade imobiliária autônoma, não contemplando as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base. § 4º A instituição do direito real de laje não implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas".

QUESTÃO 43. João, 17 anos, foi representado pelo Ministério Público pela prática de ato infracional análogo a roubo. Consta nos autos que o representado teria abordado dois transeuntes e, simulando estar armado, anunciou o roubo, tendo subtraído os celulares e as carteiras das vítimas.

Ao final do procedimento, o Juízo da Infância considerou comprovadas a autoria e a materialidade, tendo julgado procedente o pedido e fixado a medida socioeducativa de internação. O(A) advogado(a) do adolescente deseja apresentar recurso de apelação.

Sobre o recurso a ser interposto, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

- a) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Civil, sendo certo que o prazo será de 10 (dez) dias.**
- b) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Penal, sendo certo que o prazo será de 10 (dez) dias.**
- c) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Civil, sendo certo que o prazo será de 15 (quinze) dias.**
- d) O sistema recursal adotado é o do Código de Processo Penal, sendo certo que o prazo será de 5 (cinco) dias e, após isso, haverá o prazo de 8 (oito) dias para oferecimento das razões.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recursos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

A alternativa A está correta. A lei especial do ECA, no art. 198, inciso II, define um prazo de 10 dias para a maioria dos recursos, prevalecendo sobre a regra geral do CPC. Vejamos: "Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações: II - em todos os recursos, salvo nos embargos de

declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias; (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012)”. Por isso, essa alternativa está correta.

A alternativa B está incorreta. A aplicação de medidas socioeducativas, embora análogas às sanções penais, segue o rito do ECA, que, por sua vez, remete ao CPC para questões recursais, e não ao Código de Processo Penal (CPP).

A alternativa C está incorreta. Embora o sistema recursal seja o do CPC, o prazo de 15 dias está incorreto. O art. 198, inciso II, do ECA, estabelece um prazo especial de 10 dias, que deve ser aplicado em vez do prazo geral do CPC.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa mistura o rito recursal do CPP (prazo de 5 dias para apelar e 8 para as razões) com o direito infantojuvenil. Como já explicado, o sistema utilizado pelo ECA é o do CPC, com o prazo de 10 dias, afastando as regras do CPP.

QUESTÃO 44. Ricardo, 13 anos, filho de Vanda, não foi registrado pelo pai biológico. Desde tenra idade, o adolescente foi criado por João, de 50 anos, marido de Vanda. João e Ricardo se viam como pai e filho e assim eram reconhecidos na vizinhança.

João procura você, como advogado(a), e diz que tem inequívoca vontade de adotar Ricardo. Após a juntada de toda a documentação necessária, e com anuência de Vanda e Ricardo, é ajuizada a ação de adoção, sendo certo que, no curso da ação, João reitera a inequívoca vontade de adotar Ricardo. Ocorre que, dois meses após a distribuição, João sofre um ataque cardíaco e vem a falecer.

Vanda e Ricardo, desesperados, o(a) procuram, como advogado(a), para que você indique o caminho jurídico viável para o caso.

De acordo com o ECA, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) O processo de adoção deve prosseguir, mesmo com a morte de João. Nesse caso, se a sentença julgar procedente o pedido, seus efeitos retroagirão à data do óbito.

b) A adoção é direito personalíssimo. Logo, falecendo o autor do pedido, o único caminho jurídico é a extinção do processo.

c) A adoção só pode seguir se os herdeiros biológicos de João anuírem, já que possuem interesse direto na herança do finado.

d) O processo de adoção pode seguir, mesmo com a morte de João. Nessa hipótese, caso julgado procedente o pedido, os efeitos se produzem a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre adoção.

A alternativa A está correta. O art. 42, § 6º, do ECA, permite expressamente que o processo de adoção prossiga mesmo após a morte do adotante, desde que ele tenha manifestado sua vontade de adotar de forma inequívoca antes de falecer. Além disso, o mesmo artigo e parágrafo determinam que, se a adoção for concedida, seus efeitos retroagirão à data do óbito do adotante. A saber: “§ 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.”

Isso garante que a criança ou adolescente tenha todos os direitos sucessórios e de filiação, como se a adoção já tivesse ocorrido no momento da morte.

A alternativa B está incorreta. A adoção, de fato, tem um caráter personalíssimo, mas a legislação abriu uma exceção para casos como esse. O art. 42, § 6º, do ECA, prevê a continuidade do processo, justamente para proteger o melhor interesse da criança ou adolescente.

A alternativa C está incorreta. A legislação não condiciona o prosseguimento do processo de adoção à anuência dos herdeiros do falecido. A filiação por adoção é um direito autônomo, e a vontade do adotante, já manifestada em vida, é o único requisito legal para que o processo continue. Os interesses sucessórios, embora importantes, não podem anular o processo de adoção.

A alternativa D está incorreta. A primeira parte da afirmação está correta, mas a segunda, sobre a retroação dos efeitos, está errada. Conforme o art. 42, § 6º, do ECA, os efeitos da sentença de adoção, neste caso específico, retroagem à data do óbito do adotante, e não ao trânsito em julgado da sentença. Isso é crucial para garantir a segurança jurídica e os direitos do adotado, especialmente no que tange à herança.

QUESTÃO 45. Joana, aposentada, contratou diversos empréstimos ao longo dos anos para fazer frente a necessidades inesperadas, em razão de um grave problema de saúde que enfrentou, além de assumir dívidas com cartões de crédito, lojas e empréstimos consignados. Com o tempo, Joana não conseguiu mais pagar todas as parcelas, que agora superam o valor de sua aposentadoria, comprometendo suas despesas básicas, como alimentação e saúde. Buscando uma solução, Joana o(a) procurou, como advogado(a), para que você a assessorasse no caso.

Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção que apresenta seu parecer.

a) Joana pode requerer judicialmente a renegociação das dívidas contraídas para consumo pessoal, mas não dos empréstimos financeiros.

b) Joana pode requerer judicialmente a renegociação de suas dívidas, preservando o mínimo existencial, e buscar um plano de pagamento compatível com sua renda.

c) O deferimento do pedido judicial de renegociação das dívidas dependerá de Joana provar que as obrigações foram contraídas em razão do seu grave problema de saúde.

d) Joana é responsável por suas dívidas, inexistindo possibilidade de renegociação judicial, pois as obrigações contratuais devem ser cumpridas independentemente das dificuldades financeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema superendividamento, com base nas alterações recentes do Código de Defesa do Consumidor.

A alternativa A está incorreta. A nova lei do superendividamento, em seu Art. 54-A, § 2º, inclui explicitamente os empréstimos financeiros e outras operações de crédito na possibilidade de renegociação. A distinção entre dívidas de consumo e empréstimos financeiros não existe para fins de repactuação. Veja a literalidade da lei: Art. 54-A, § 2º: “As dívidas referidas no § 1º deste artigo englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.”

A alternativa B está correta. A legislação brasileira, por meio da Lei 14.181/2021, que alterou o CDC, criou um mecanismo judicial para que consumidores superendividados de boa-fé possam renegociar suas dívidas, apresentando um plano de pagamento que não comprometa seu mínimo existencial. Veja a literalidade da lei: Art. 54-A, § 1º: “Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação. § 2º: As dívidas referidas no § 1º deste artigo englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada. § 3º: O disposto neste Capítulo não se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.” e Art. 104-A: “A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. 54-A deste Código, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.”

A alternativa C está incorreta. Para renegociação, a lei exige que o consumidor seja pessoa natural, que esteja de boa-fé e que a totalidade das dívidas comprometa seu mínimo existencial. A causa das dívidas não é uma exigência legal para o deferimento do pedido. A lei, em seu Art. 54-A, § 3º, apenas traz exceções relacionadas à má-fé ou fraude. Veja a literalidade da lei: Art. 54-A, “§ 3º: O disposto neste Capítulo não se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.”

A alternativa D está incorreta. A legislação do superendividamento foi criada justamente para mitigar o antigo entendimento de que a responsabilidade pelas dívidas era absoluta. A nova lei busca uma solução para consumidores que, de boa-fé, não conseguem mais cumprir suas obrigações sem comprometer sua subsistência, o que torna possível a renegociação judicial. Veja a literalidade da lei: Art. 54-A, § 1º: “Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação. § 2º: As dívidas referidas no § 1º deste artigo englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.” e Art. 104-A: “A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de

repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. 54-A deste Código, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.”

QUESTÃO 46. A sociedade empresária VittaBem Alimentos Ltda. lançou no mercado nacional uma nova linha de sucos naturais, supostamente livres de conservantes e aditivos químicos, amplamente divulgada em campanhas publicitárias nas principais redes de televisão e mídias digitais. Após quatro meses de intensa comercialização, o Ministério da Saúde, por meio de fiscalização e laudos laboratoriais, constatou que os produtos continham substâncias artificiais em níveis superiores aos permitidos pela Anvisa, representando risco potencial à saúde dos consumidores. Diante da repercussão nacional do caso, uma associação de defesa do consumidor ajuizou ação civil pública, pleiteando: a retirada imediata dos produtos do mercado; e a condenação da sociedade empresária ao pagamento de indenização por danos morais coletivos. A sociedade empresária contestou, sustentando, entre outros argumentos, a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e a ausência de culpa e de dano individual comprovado.

Sobre o caso apresentado, com base no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- a) A coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, equipara-se a consumidor, podendo ser tutelada judicialmente por meio de Ação Civil Pública.**
- b) A Ação Civil Pública é incabível, pois somente o consumidor individual e identificado possui legitimidade para pleitear indenização por danos oriundos da relação de consumo.**
- c) O conceito de consumidor por equiparação exige que a coletividade seja determinada e tenha comprovadamente adquirido o produto para ser considerada consumidora.**
- d) Apenas os consumidores que efetivamente adquiriram e consumiram o produto possuem legitimidade para buscar reparação por danos, ainda que representados por associação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do conceito de consumidor e legitimidade para a defesa coletiva no Código de Defesa do Consumidor.

A alternativa A está correta. O Código de Defesa do Consumidor, em seu Art. 2º, Parágrafo único, amplia o conceito de consumidor para equiparar a ele a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que tenha sido atingida pela relação de consumo. Assim, uma associação de defesa do consumidor tem legitimidade para ajuizar uma Ação Civil Pública para tutelar os direitos dessa coletividade, conforme o Art. 82, IV, do CDC. Veja a literalidade da lei: Art. 82, IV, CDC: “Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente: (...) IV - as associações legalmente constituídas há pelo menos um

ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.”

A alternativa B está incorreta. A Ação Civil Pública é o instrumento processual adequado para a defesa dos direitos difusos e coletivos, como os pleiteados no caso. O CDC estabelece a possibilidade de ações coletivas para a defesa dos direitos dos consumidores, e não apenas ações individuais. Veja a literalidade da lei: Art. 91, CDC: “Os legitimados de que trata o art. 82 poderão propor, em nome próprio e no interesse das vítimas ou seus sucessores, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, de acordo com o disposto nos artigos seguintes.”

A alternativa C está incorreta. O conceito de consumidor por equiparação não exige que a coletividade seja determinada, pelo contrário. O Art. 2º, Parágrafo único, do CDC estabelece expressamente a possibilidade de tutela para a "coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis". Veja a literalidade da lei: Art. 2º, Parágrafo único, CDC: “Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.”

A alternativa D está incorreta. O conceito de consumidor por equiparação abrange pessoas que não necessariamente adquiriram ou consumiram o produto, mas que foram expostas ao dano ou à prática abusiva, como a publicidade enganosa. A lei protege toda a coletividade que tenha sido atingida pela relação de consumo, e não apenas os adquirentes diretos. Veja a literalidade da lei: Art. 2º, Parágrafo único, CDC: “Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.”

QUESTÃO 47. No contrato de sociedade em conta de participação firmado entre o sócio ostensivo e quatro sócios participantes não há cláusula dispondo sobre a admissão de novos sócios.

Diante da omissão, assinale a afirmativa correta.

a) É defeso ao sócio ostensivo admitir novo sócio sem o consentimento expresso ou tácito dos demais sócios, sendo tácito o consentimento se eles não se opuserem nos trinta dias seguintes ao ingresso do novo sócio.

b) O sócio ostensivo pode admitir novo sócio com ou sem o consentimento dos demais sócios em razão de sua responsabilidade ilimitada e pessoal pelo exercício da atividade constitutiva do objeto social.

c) É defeso ao sócio ostensivo admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais sócios.

d) O sócio ostensivo pode admitir novo sócio com o consentimento da maioria dos demais sócios; havendo empate, cabe a ele o voto de qualidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Sociedades em Conta de Participação.

A alternativa A está incorreta, pois apenas é permitido o ingresso de novos sócios através de consentimento expresso. O consentimento tácito não é permitido. Veja literalidade da lei: “Art. 995. Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.”

A alternativa B está incorreta, pois demanda consentimento expresso para admitir novo sócio. Veja literalidade da lei: “Art. 995. Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.”

A alternativa C está correta, pois é, de fato, vedado ao sócio ostensivo admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais sócios, conforme art. 995 do Código Civil. Veja literalidade da lei: “Art. 995. Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.”

A alternativa D está incorreta, pois o consentimento deve ser expresso por todos os demais sócios. Não há que se falar em consentimento da maioria. Veja literalidade da lei: “Art. 995. Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.”

QUESTÃO 48. Santa Aceguá, administradora e sócia da Mercearia Cerro Branco Ltda., para saber os efeitos que a falência de um dos seus devedores, o empresário Júlio Cidreira, terá em relação a seu crédito, consulta você como advogado(a).

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) A falência opera a novação dos créditos quirografários existentes na data da decretação, que serão pagos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor, exceto se o ativo apurado for superior para garantir o pagamento integral a outras classes de credores.

b) A falência produz o vencimento antecipado das dívidas do falido, com o abatimento proporcional dos juros, e converte todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial.

c) a falência determina a suspensão da prescrição a partir da data da decretação a falência, sendo retomado o curso do prazo a partir da data do trânsito em julgado da sentença de encerramento.

d) A falência acarreta a suspensão das execuções pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da decretação, prorrogável uma única vez por igual prazo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema da falência.

A alternativa A está incorreta, pois a novação não é um efeito da declaração de falência, mas pode ser um efeito da concessão da recuperação judicial, conforme art. 59 da Lei 11.101/2005. Veja a literalidade da lei: “Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e

obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei.”

A alternativa B está correta, pois é o que determina expressamente o art. 77 da Lei 11.101/2005. Veja literalidade da lei: “Art. 77. A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios ilimitada e solidariamente responsáveis, com o abatimento proporcional dos juros, e converte todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial, para todos os efeitos desta Lei.”

A alternativa C está incorreta, pois em virtude da revogação do art. 157 da Lei 11.101/2005 ter sido revogado, não há que se falar mais em retomada do prazo prescricional na falência.

A alternativa D está incorreta, pois esta é uma previsão aplicável à recuperação judicial e não à falência, conforme art. 6º, §4º, da Lei 11.101/2005. Veja a literalidade da lei: Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei; II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência; III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência. [...] § 4º Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do **caput** deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

QUESTÃO 49. Francisco Morato tem domicílio em Cidade Ocidental/GO e pretende ser empresário individual em Brasília/DF. Se o negócio der certo, Francisco Morato pretende abrir duas filiais, uma em Unaí/MG e, outra, em Natividade/TO.

Considerando-se as normas do Código Civil para a inscrição do empresário e da instituição de filiais, é correto afirmar que Francisco Morato deverá realizar sua inscrição como empresário na Junta Comercial do

a) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação às filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, sem necessidade de averbação da constituição das filiais na Junta Comercial do Estado de Goiás.

b) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresária, Brasília, e, com relação às filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, com averbação da constituição das filiais na Junta Comercial do Distrito Federal.

c) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial, por ser o lugar do seu domicílio.

d) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresária, Brasília, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial por ser o lugar da sede.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema de registro de matriz e filiais.

A alternativa A está incorreta, pois a inscrição ocorrerá na Junta Comercial da respectiva sede, que no caso é Brasília/DF, conforme art. 967 do Código Civil. Ainda, a averbação das filiais na Junta Comercial da sede é obrigatória, conforme parágrafo único do art. 969 do Código Civil. Veja a literalidade da lei: “Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. [...] Art. 969. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária. Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.”.

A alternativa B está correta, pois o art. 967 do Código Civil determina que será obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, que no caso do enunciado, é Brasília/DF. Com relação às filiais, o art. 969 do Código Civil determina que a inscrição deverá ser realizada na Junta Comercial do local em que forem constituídas e, também, deverão ser averbadas na respectiva sede, conforme art. 969, parágrafo único, do Código Civil. Veja a literalidade da lei: “Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. [...] Art. 969. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária. Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.”.

A alternativa C está incorreta, pois o local da sede é que define a Junta Comercial que será competente para a inscrição (art. 967, do Código Civil). As filiais devem ser inscritas nas Juntas Comerciais respectivas do local em que forem estabelecidas, bem como, deverão ser averbadas na Junta Comercial da respectiva sede da matriz (art. 969, parágrafo único, do Código Civil). Veja a literalidade da lei: “Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. [...] Art. 969. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária. Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.”.

A alternativa D está incorreta, pois as filiais devem ser inscritas nas Juntas Comerciais respectivas do local em que forem estabelecidas, bem como, deverão ser averbadas na Junta Comercial da respectiva sede da matriz (art. 969, parágrafo único, do Código Civil). Veja a literalidade da lei: “Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. [...] Art. 969. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária. Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do

estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.”.

QUESTÃO 50. Nísia Parnamirim realizou sua inscrição como microempreendedora individual (MEI) e consultou você, como advogado(a), para saber o tratamento que lhe é dispensado pela Lei Complementar nº 123/2006 (Lei do Simples Nacional).

Sobre a hipótese, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua resposta.

a) Nísia Parnamirim poderá utilizar sua residência como sede do estabelecimento, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.

b) Nísia Parnamirim poderá manter sua condição de microempreendedora individual desde que a receita bruta auferida no ano-calendário anterior seja de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

c) Caso Nísia Parnamirim queira alienar seu estabelecimento, a eficácia do ato em relação a terceiros depende da averbação do contrato no Registro Público de Empresas Mercantis e de sua publicação na imprensa oficial.

d) A comprovação da receita bruta anual por parte de Nísia Parnamirim será feita mediante escrituração do Livro Caixa e apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema do Microempreendedor Individual (MEI).

A alternativa A está correta, pois retrata a literalidade do §25 do art. 18-A da Lei Complementar 123/2006. Veja a literalidade da lei: “Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo. [...] § 25. O MEI poderá utilizar sua residência como sede do estabelecimento, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.

A alternativa B está incorreta, pois o valor auferido de receita bruta não pode ultrapassar R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme §1º do art. 18-A da Lei Complementar 123/2006. Veja a literalidade da lei: “Art. 18-A [...] § 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI quem tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo, e seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), ou o empreendedor que exerça:”.

A alternativa C está incorreta, pois quem possui MEI está dispensado de publicação de qualquer ato societário, conforme determina o art. 71 da Lei Complementar 123/2006. Veja a literalidade da lei: “Art. 71. Os empresários e as sociedades de que trata esta Lei Complementar, nos termos da legislação civil, ficam dispensados da publicação de qualquer ato societário.”.

A alternativa D está incorreta, pois o MEI fará a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo CGSN (Comitê Gestor do Simples Nacional), conforme art. 26, §1º, da Lei Complementar 123/2006. Veja a literalidade da lei: “Art. 26. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a: [...] § 1º O MEI fará a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo CGSN, ficando dispensado da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput, ressalvadas as hipóteses de emissão obrigatória previstas pelo referido Comitê.”.

QUESTÃO 51. Ricardo propôs a execução de um título executivo extrajudicial contra Isabela. Diante da propositura da execução por Ricardo, Isabela apresentou embargos à execução. O Magistrado julgou improcedentes os embargos à execução de Isabela que, irresignada, interpôs recurso de apelação contra a sentença de improcedência dos embargos à execução. Ao receber a apelação interposta por Isabela, o Desembargador relator, integrante de Câmara Cível, julgou o recurso monocraticamente, negando provimento à apelação. Assinale a opção que apresenta o recurso cabível a ser interposto por Isabela.

a) Recurso especial, para que seja analisada, pelo Superior Tribunal de Justiça, eventual violação de lei federal por ter sido negado provimento à apelação de forma monocrática pelo desembargador relator.

b) Agravo interno, para que seja analisada, pelo Desembargador relator, eventual violação de lei federal decorrente de ter sido negado provimento à apelação de forma monocrática pelo próprio relator.

c) Agravo interno, por se tratar de decisão proferida pelo Desembargador relator, a ser analisado pelo órgão colegiado da Câmara Cível.

d) Recurso especial, por se tratar de decisão proferida pelo Desembargador relator, a ser analisado pelo órgão colegiado da Câmara Cível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre recursos.

A alternativa A está incorreta. O recurso especial não é cabível contra decisão monocrática de relator em tribunal de segundo grau. Antes de recorrer ao STJ, a parte deve esgotar a instância ordinária, interpondo agravo interno, que será julgado pelo órgão colegiado. O recurso especial pressupõe decisão colegiada, sob pena de inadmissibilidade por supressão de instância.

A alternativa B está incorreta. O agravo interno não é analisado pelo próprio relator, mas sim pelo órgão colegiado ao qual ele integra, como a câmara ou turma julgadora. Essa alternativa erra ao indicar que o relator voltaria a decidir a questão. O agravo interno tem justamente por finalidade submeter a matéria ao colegiado, contrariando a decisão monocrática.

A alternativa C está correta. A decisão monocrática que nega provimento à apelação pode ser impugnada mediante agravo interno, conforme prevê o art. 1.021 do CPC. Trata-se de recurso próprio contra decisões unilaterais do relator, e será julgado pelo órgão colegiado ao qual pertence o relator, no caso, a Câmara Cível.

A alternativa D está incorreta, pois a decisão do relator ainda não foi apreciada pelo colegiado, e o recurso especial só é cabível contra acórdão, ou seja, decisão colegiada. O recurso indicado (recurso especial) não se presta a levar o caso ao órgão colegiado local (Câmara Cível), mas sim ao STJ, após o esgotamento da instância ordinária.

QUESTÃO 52. João é advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Em uma sexta-feira à noite, seu amigo Thiago o procurou e, bastante nervoso, indagou se João poderia ingressar com um requerimento de tutela antecipada antecedente perante o Plantão Judicial, porque sua irmã necessitava de uma cirurgia de emergência. João reuniu os documentos enviados por Thiago e protocolou o requerimento, porém deixou de fazer a juntada da procuração assinada pela irmã de Thiago, que também é advogada. A medida de urgência foi concedida e, ato contínuo, João foi intimado para efetuar a juntada da procuração, bem como para complementar a petição inicial, nos termos do Art. 303, § 1º, inciso I, do CPC. A irmã de Thiago outorgou procuração geral para o foro por meio de instrumento particular por ela assinado. Sobre o caso narrado, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A procuração deve ser exibida no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período por despacho do Juiz.

b) A irmã de Thiago, ainda que advogada, não poderá postular em causa própria, por expressa disposição do Código de Processo Civil.

c) Não seria lícito a João, em nenhuma hipótese, postular em juízo sem procuração, motivo pelo qual o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.

d) A procuração outorgada pela irmã de Thiago habilita João a praticar todos os atos do processo, exceto, entre outros poderes, receber citação, confessar e reconhecer a procedência do pedido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre procuração e poderes gerais de foro.

A alternativa A está incorreta. O prazo correto para a juntada da procuração, conforme o art. 104, § 1º do CPC, é de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, por despacho motivado do juiz. Portanto, o prazo de 10 dias indicado está equivocado.

A alternativa B está incorreta. Não há qualquer impedimento legal para que advogada postule em causa própria. Pelo contrário, o art. 103 do CPC permite expressamente que o advogado atue em nome

próprio, desde que esteja regularmente inscrito na OAB e seja parte no processo. Não há essa vedação que a alternativa trouxe.

A alternativa C está incorreta. O art. 104 do CPC admite a atuação do advogado sem procuração no momento inicial, desde que a regularização ocorra dentro do prazo legal (15 dias, prorrogável). Além disso, o próprio CPC permite que o juiz intime o advogado para regularizar a representação processual. A extinção do processo sem resolução do mérito só ocorre se a parte não suprir o vício no prazo determinado.

A alternativa D está correta. Ela está de acordo com o art. 105 do CPC, que diferencia entre poderes gerais para o foro (atos ordinários do processo) e poderes especiais, que devem constar expressamente na procuração para permitir, por exemplo, receber citação, confessar, reconhecer procedência, transigir, desistir, renunciar ao direito etc. Como a procuração mencionada é geral, sem menção expressa a esses poderes especiais, João não está autorizado a praticar esses atos específicos.

QUESTÃO 53. Em execução fundada em título extrajudicial, movida por Murilo, seu ex-sócio, Marília foi executada. Após regular citação, Marília não ofertou defesa, não nomeou bens à penhora, nem pagou o débito exequendo. Por essa razão, Murilo requereu a realização de penhora em contas correntes de titularidade de Marília, com o intuito de satisfazer seu crédito. A indisponibilidade do valor foi determinada pelo Juízo. Tomando o caso acima como premissa, assinale a afirmativa correta.

a) A indisponibilidade de ativos financeiros pode ser realizada sem ciência prévia de Marília, pois é hipótese que dispensa o contraditório prévio.

b) Eventual impenhorabilidade das quantias tornadas indisponíveis poderá ser comprovada por Marília no prazo de 10 dias, contados da intimação da penhora.

c) Marília poderá requerer a substituição da penhora do dinheiro por fiança bancária, em valor não inferior ao do débito constante da petição inicial, acrescido de vinte por cento.

d) Caso Marília efetue o pagamento da dívida por outro meio, o Juiz determinará a notificação da instituição financeira para que, em até 48 horas, cancele a indisponibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre a penhora de bens no processo de execução.

A alternativa A está correta. O art. 854, §2º, do CPC, prevê expressamente que o juiz pode determinar a indisponibilidade de ativos financeiros por meio eletrônico (via Bacenjud/SisbaJud) sem a oitiva prévia do executado, justamente para preservar a efetividade da penhora. O contraditório é postergado e será exercido após a constrição, quando o executado é intimado para eventualmente impugnar ou demonstrar impenhorabilidade dos valores.

A alternativa B está incorreta. O prazo para o executado impugnar a penhora de dinheiro é de 5 dias, e não 10. Esse prazo está previsto no §3º, do art. 854, do CPC. O executado é intimado da indisponibilidade

e pode demonstrar, nesse prazo, que os valores são impenhoráveis (como verbas salariais, por exemplo).

A alternativa C está incorreta. Embora o artigo 835, §2º do CPC preveja que é possível a substituição da penhora por fiança bancária ou seguro garantia judicial, há uma condição expressa: o valor da garantia deve ser acrescido de 30% sobre o valor do débito exequendo. Portanto, a menção a um acréscimo de apenas 20% está equivocada. Além disso, o dispositivo citado indevidamente na alternativa — art. 827, §1º — trata da redução dos honorários advocatícios no caso de pagamento voluntário da dívida em três dias após a citação, e não possui qualquer relação com a substituição da penhora por fiança.

A alternativa D está incorreta. O prazo de 24 horas é o correto para o cumprimento da ordem de desbloqueio, conforme o §5º do art. 854 do CPC. O prazo de 48 horas não está previsto na legislação. Assim, a alternativa está errada por indicar um prazo diverso do legalmente estabelecido.

QUESTÃO 54. Juliana e André foram casados por anos, tiveram um filho que atualmente está com 6 anos, mas, por adversidades conjugais, resolveram pôr fim ao casamento. Após a separação, o filho ficou residindo com a mãe em cidade distinta do pai. Considerando que não tem mais volta a relação conjugal, Juliana, por meio do seu advogado, deseja propor ação de divórcio e guarda. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

a) A ação de divórcio e guarda deve tramitar em segredo de justiça.

b) A ação de divórcio e guarda deve ser proposta no domicílio de André.

c) Se André, após a citação, não comparecer em audiência nem apresentar contestação, ele não poderá mais intervir no processo.

d) Ainda que André apresente resistência à ação de divórcio e guarda, sendo vencido na ação, ele não poderá ser condenado em honorários de sucumbência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre sigilo processual (e, de certo modo, competência).

A alternativa A está correta. As ações que envolvem direito de família, como divórcio, guarda, alimentos e investigação de paternidade, devem obrigatoriamente tramitar em segredo de justiça, nos termos do art. 189, II, do CPC. Isso visa proteger a intimidade das partes, especialmente quando há menores envolvidos.

A alternativa B está incorreta. Em ações de família, havendo filho menor, a ação deve ser proposta no foro de domicílio do guardião do incapaz, conforme estabelece o art. 53, I, do CPC. Como o filho reside com a mãe, Juliana, é no foro dela que deve ser ajuizada a ação.

A alternativa C está incorreta. O réu revel ainda pode intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar, conforme prevê o parágrafo único do art. 346 do CPC, exceto para repetir atos que já tenham ocorrido.

A alternativa D está incorreta. A condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais é regra no CPC (art. 85, caput), inclusive em ações de família, desde que haja resistência. Embora, em algumas hipóteses específicas envolvendo alimentos ou reconciliação espontânea, a jurisprudência atue com maior flexibilidade, não há proibição legal para condenação ao pagamento de honorários em ação de divórcio e guarda.

QUESTÃO 55. Débora, servidora pública aposentada do Município de Fortaleza, procurou você, como advogado(a), para ajuizar uma ação pelo procedimento comum em face do Município, pleiteando o pagamento de verbas em atraso a título de auxílio alimentação. Proferida sentença de procedência do pedido, foi interposto recurso de apelação pelo réu, não provido, assim como foi mantida a sentença em remessa necessária na mesma oportunidade. Transitada em julgado a sentença, Débora pretende receber os valores que lhe são devidos. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

a) A Fazenda Pública Municipal, caso não pague o valor devido à Débora de forma espontânea, diferentemente do que ocorre com as Fazendas Estadual e Federal, sujeita-se à penhora de seus bens.

b) Débora deverá instruir sua petição de cumprimento de sentença com o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, devendo o Município ser intimado para apresentar impugnação nos mesmos autos.

c) Não impugnada a execução, os valores devidos deverão ser depositados diretamente na conta corrente da autora, por se tratar de servidora pública.

d) Débora deverá indicar o valor atualizado do crédito em sua petição de cumprimento de sentença, devendo o Município ser citado para apresentar embargos em autos apartados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre execução contra a Fazenda Pública.

A alternativa A está incorreta. A Fazenda Pública, independentemente de ser municipal, estadual ou federal, não se submete à penhora tradicional, porque o pagamento de valores decorrentes de sentença deve ser feito por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, conforme o art. 100 da CF/88 e o art. 534 do CPC. Assim, não há penhora de bens públicos em cumprimento de sentença.

A alternativa B está correta. No cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública (como no caso da servidora Débora), a petição deve vir instruída com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, nos termos do art. 534 do CPC. Após a intimação da Fazenda, o Município poderá apresentar impugnação, conforme prevê o art. 535 do CPC, nos próprios autos, no prazo de 30 dias. Trata-se,

portanto, de procedimento distinto daquele aplicável à execução contra particulares, em que há citação para embargos em autos apartados.

A alternativa C está incorreta. Mesmo sendo servidora pública, Débora só receberá o valor por meio de precatório ou RPV, conforme o valor da condenação e os limites legais, jamais por depósito direto em conta. O fato de ela ser servidora não afasta o regime constitucional de pagamento da Fazenda Pública.

A alternativa D está incorreta. A Fazenda Pública não é citada nem apresenta embargos em autos apartados. A sistemática especial da Fazenda Pública prevê a intimação (e não citação) para apresentar impugnação nos próprios autos, conforme o art. 535 do CPC. Essa alternativa confunde os procedimentos aplicáveis à execução contra devedores privados com o regime aplicável à Fazenda.

QUESTÃO 56. Pedro, locatário de um imóvel, ingressa com ação de consignação em pagamento após a locadora, Ana, recusar-se a receber o aluguel, o que foi comprovado pela juntada de documentos, nos quais Ana se recusa, expressamente, a receber a quantia. Atendendo a requerimento de Pedro, o Juiz determinou o depósito do valor em juízo, o que foi tempestivamente cumprido pelo autor. Ato contínuo, Ana é citada, mas não ofereceu contestação. Em tal hipótese, assinale a opção que apresenta, corretamente, a providência que o(a) advogado(a) deverá requerer ao Juízo.

a) A intimação das partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir.

b) A decretação da revelia de Ana e a fixação de multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça.

c) A determinação de devolução do montante depositado e a extinção do processo sem resolução do mérito em razão de se tratar de pedido incontroverso.

d) O julgamento pela procedência do pedido da ação de consignação em pagamento, declarando extinta a obrigação e condenando Ana ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre a ação em consignação em pagamento.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de processo que demande instrução probatória. Como houve recusa comprovada do credor e o depósito foi realizado no prazo, e não houve contestação, o juiz deve julgar procedente o pedido, conforme o art. 546 do CPC. A intimação para provas é desnecessária.

A alternativa B está incorreta. A ausência de contestação não gera, automaticamente, a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça. Além disso, o processo é de consignação em pagamento, que possui regras específicas. O correto é julgar procedente o pedido e declarar extinta a obrigação.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de devolução. O depósito foi realizado para extinguir a obrigação do locatário, que comprovou a recusa da credora. A ausência de contestação da parte

contrária implica aceitação tácita da quantia, o que leva ao julgamento com resolução do mérito, declarando extinta a obrigação (CPC, art. 546, parágrafo único).

A alternativa D está correta. Ela está de acordo com o disposto no art. 546, parágrafo único, do Código de Processo Civil, que trata especificamente da ação de consignação em pagamento. Nesse tipo de ação, se o réu (credor) for citado e não apresentar contestação, presumem-se verdadeiros os fatos narrados pelo autor. Nesse caso, o juiz julgará procedente o pedido, declarando a extinção da obrigação e condenando o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. No caso apresentado, Pedro depositou tempestivamente o valor referente ao aluguel após a recusa da locadora, o que foi comprovado documentalmente. Como Ana foi citada e permaneceu inerte, o juiz deverá reconhecer a validade do depósito e declarar extinta a obrigação do autor.

QUESTÃO 57. Matheus foi a uma festa de réveillon onde reencontrou sua ex- namorada, Laís, sendo ambos maiores e capazes. Assim que a viu, ele se aproximou dela e, a partir daí, iniciaram uma animada conversa sobre os "velhos tempos". Em determinado momento, Matheus, sem a anuência de Laís, acariciou suas nádegas e tentou beijá-la, para satisfazer sua própria lascívia.

Acerca da tipificação da conduta de Matheus, assinale a afirmativa correta.

- a) É fato atípico.**
- b) É crime de estupro.**
- c) É crime de assédio sexual.**
- d) É crime de importunação sexual.**

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema crimes contra a liberdade sexual.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de fato atípico e sim do crime de importunação sexual, previsto no Código Penal no artigo art. 215-A: “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.”;

A alternativa B está incorreta. Não se trata do crime de estupro, previsto no art. 213 do Código Penal: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. No caso concreto não se demonstra a presença do elemento da violência ou grave ameaça, de modo que não se configura o crime de estupro;

A alternativa C está incorreta. Não se trata do crime de assédio sexual, previsto no art. 216-A do Código Penal: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.”. No caso concreto Matheus e Laís eram ex- namorados, não havia relação de hierarquia ou ascendência de modo que não se configura o assédio e sim o crime de importunação sexual;

A alternativa D está correta. Matheus praticou contra Laís ato libidinoso consistente em acariciar as nádegas da vítima, além de tentar beijá-la. Não ficou demonstrada a prática de tais atos mediante violência ou grave ameaça, logo, o tipo penal praticado foi o de importunação sexual, previsto no Código Penal no artigo art. 215-A: “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.”.

QUESTÃO 58. Saulo, em razão de seu posicionamento político, foi chamado de "burro" e "idiota" por João, Paulo e Sérgio, seus adversários políticos, que tinham a intenção de ofender sua dignidade e decoro. Inconformado, Saulo decidiu processar seus três ofensores.

Após a propositura da queixa, Saulo reconciliou-se com Sérgio, sendo o perdão dado pela vítima aceito pelo ofensor, e comunicou o fato ao Juizado Especial em que tramitava a ação penal. Em relação ao caso narrado, assinale a opção que indica, corretamente, o crime cometido pelos três amigos e as implicações da reconciliação entre Saulo e Sérgio.

- a) Injúria; o perdão concedido a Sérgio é de natureza personalíssima.**
- b) Calúnia; o perdão concedido a Sérgio torna perempta a ação em relação a João e a Paulo.**
- c) Difamação; o perdão concedido a Sérgio se aplica, obrigatoriamente, a João e a Paulo.**
- d) Injúria; o perdão concedido a Sérgio se aplica, obrigatoriamente, a João e a Paulo.**

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema ação penal em crimes contra a honra.

A alternativa A está incorreta. De fato, foi praticado o crime de injúria, atingindo a honra subjetiva de Saulo, todavia o erro da alternativa consiste em classificar o perdão concedido a Sérgio como de natureza personalíssima, pois a ação penal é indivisível, pois segundo o Código Penal prevê no art. 106: “O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito: I - se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.”;

A alternativa B está incorreta. Não se trata do crime de calúnia, pois não foi atribuída a Saulo a prática de fato criminoso, conforme prevê o art. 138 do Código Penal: “Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime”. Ademais, conforme já demonstrado, o perdão concedido a um dos querelados será aproveitado por todos;

A alternativa C está incorreta. Não se trata do crime de difamação, previsto no art. 139 do Código Penal e que tem como conduta: “Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”. Não foi reputado fato ofensivo a Saulo e sim atingida a sua honra subjetiva ao ser chamado de “idiota” e de “burro”;

A alternativa D está correta. De fato, foi praticado o crime de injúria, atingindo a honra subjetiva de Saulo, conforme prevê o art. 140: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.” Além disto está também correta a alternativa ao prever que o perdão concedido a um dos querelados será aproveitado por todos.

QUESTÃO 59. Thiago, 21 anos de idade, e Vinicius, 17 anos, se conheceram no interior de uma boate. Alterados em razão da ingestão de cerveja, decidiram praticar um crime de furto em um posto de gasolina, mas foram abordados por policiais logo após a prática delitiva. Apenas naquele momento, Thiago veio a tomar conhecimento da idade de Vinicius, e que ele já tinha sido apreendido uma vez pela suposta prática de ato infracional análogo ao crime de dano. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Thiago como incurso nas penas do Art. 155, § 4º, inciso IV, do CP (furto qualificado pelo concurso de agentes) e do Art. 244-B do ECA (corrupção de menores).

Assinale a opção que indica a alegação que você, como advogado(a) de defesa de Thiago, deve apresentar para questionar a capitulação delitiva.

a) A conduta não configura crime de corrupção de menores, em razão do erro de tipo permissivo, podendo Thiago apenas ser condenado pelo crime de furto simples.

b) A conduta não configura crime de corrupção de menores, em razão do erro de tipo essencial, podendo Thiago apenas ser condenado pelo crime de furto qualificado.

c) o furto supostamente praticado seria simples e não qualificado, diante da inimputabilidade de Vinicius, apesar de possível a condenação pelo crime de corrupção de menores.

d) O furto supostamente praticado seria simples, diante da inimputabilidade de Vinicius, bem como não seria possível a condenação pelo crime de corrupção de menores, diante da natureza material do delito e da apreensão anterior de Vinicius.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata sobre os temas erros de tipo, crimes contra o patrimônio e crime de corrupção de menores.

A alternativa A está incorreta. Primeiramente cabe destacar que de fato o crime de corrupção de menores necessita que ao menos fosse possível ao agente saber que se tratava de um menor de idade, o que não se configura no caso concreto, pois Thiago conheceu Vinicius no interior de uma boate, consumindo bebida alcoólica, configurando-se o que a doutrina denomina de erro de tipo. Apesar de narrado no enunciado, o fato de Vinicius já ter praticado outros crimes não interfere na tipicidade, que caso não fosse o erro de tipo estaria configurada. Em relação ao crime praticado, ainda que não configurada a corrupção de menores, a participação de Vinicius qualifica o crime, de modo que não se trata de furto simples e sim qualificado pelo concurso de agentes, art. 155 §4º, inciso IV, do Código Penal;

A alternativa B está correta. De fato, conforme já explicado ocorreu o erro de tipo em relação à idade de Vinícius, o que afasta a tipicidade do crime de corrupção de menores. O crime patrimonial praticado foi o furto, qualificado pelo concurso de agentes;

A alternativa C está incorreta. O fato de o furto ter sido praticado junto com agente inimputável não afasta a causa de aumento referente ao concurso de pessoas, é este o entendimento do Superior Tribunal de Justiça proferido no julgamento do HC 150.849/DF;

A alternativa D está incorreta. A alternativa apresenta argumentos contrários à doutrina e à jurisprudência dos tribunais superiores, primeiramente porque a prática de ato infracional anterior não afastaria a tipicidade do crime de corrupção de menores. De fato, no caso concreto não houve a prática do referido crime, pois o erro de tipo o afastou. Porém, independente do crime de corrupção de menores estar configurado, o concurso de pessoas se caracteriza, mesmo que a participação seja de agente inimputável.

QUESTÃO 60. Marisa administrava os proventos de pensão recebidos por sua mãe, Sônia, que faleceu em dezembro de 2022. Com a intenção de continuar recebendo os proventos, Marisa deixou de comunicar à autarquia previdenciária o falecimento de Sônia e, assim, conseguiu efetuar os saques dos valores depositados nos meses de janeiro a março de 2023. Em abril, a autarquia recebeu notícia do falecimento e cessou os pagamentos. Ato contínuo, apurou o valor dos saques indevidos realizados por Marisa após o falecimento da segurada, acrescidos de multa e juros e a inscreveu em dívida ativa. Marisa, notificada, efetuou o pagamento integral do débito, de forma parcelada, entre os meses de outubro de 2023 e janeiro de 2024. A denúncia foi ajuizada em janeiro de 2024, e recebida em fevereiro de 2024. De acordo com a teoria do crime, assinale a opção que apresenta o que a defesa de Marisa deve, corretamente, alegar.

- a) Desistência voluntária.**
- b) Arrependimento eficaz.**
- c) Arrependimento posterior.**
- d) Exercício regular de um direito.**

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema arrependimento posterior.

A alternativa A está incorreta. A desistência voluntária, prevista na primeira parte do art. 15 do Código Penal: “O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução”, no caso Marisa não desistiu voluntariamente da empreitada criminosa, que somente cessou quando a autarquia tomou conhecimento da morte da segurada;

A alternativa B está incorreta. O arrependimento eficaz se encontra na segunda parte do art.15 do Código Penal, quando o agente “impede que o resultado se produza”. No caso concreto houve lesão ao bem jurídico, razão pela qual não se configura o arrependimento eficaz;

A alternativa C está correta. Previsto no art. Art. 16 do Código Penal, o arrependimento posterior é causa de redução de pena e ocorre em situações como as narradas no caso concreto, quando há a reparação do dano. Dispõe o art. 16 do CP: “Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.”;

A alternativa D está incorreta. O exercício regular de um direito é uma causa excludente de ilicitude, quando o agente atua amparado por situação que torna a sua conduta lícita, não tem relação com a situação narrada.

QUESTÃO 61. Pierre, estrangeiro, nacional e residente no país Alfa, veio ao Brasil, onde praticou o crime de homicídio contra Bruna, cidadã brasileira. Em seguida, Pierre deixou o território nacional e retornou ao seu país de residência.

Você, como advogado(a) de Pierre, deve analisar a aplicação da lei penal brasileira ao caso.

Assinale a opção que apresenta seu parecer.

- a) Somente a lei do país Alfa é aplicável, pois Pierre saiu do território nacional.**
- b) A lei brasileira só é aplicável se o fato também for considerado crime no país Alfa.**
- c) A lei brasileira é aplicável, de forma condicionada, diante do fato de a vítima ser brasileira.**
- d) A lei brasileira é aplicável, independentemente de o fato ser crime no país de domicílio ou da nacionalidade de Pierre.**

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema extraterritorialidade da lei penal.

A alternativa A está incorreta. A lei aplicada será a do Brasil, pois o crime foi praticado em território nacional, conforme prevê o Código Penal: “Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.”;

A alternativa B está incorreta. O caso concreto trata de crime praticado no Brasil o que atrai a aplicação da lei brasileira, independentemente de ser o crime tipificado na lei do país do autor do delito;

A alternativa C está incorreta. Não é caso de extraterritorialidade condicionada e sim de aplicação da lei brasileira em território nacional, o fato de Pierre ter retornado ao seu país de residência não afasta a aplicação da lei penal;

A alternativa D está correta. O crime foi praticado no Brasil, logo aplica-se a lei brasileira, ainda que o autor do fato tenha se mudado no curso da ação penal.

QUESTÃO 62. Hermes, aposentado com 65 anos de idade, encontrou sua esposa, Diana, 40 anos mais jovem, em plena execução de ato sexual com seu primo, Aquiles, também sexagenário. Tomado pela fúria, Hermes sacou sua arma de fogo e disparou um tiro no pescoço de Aquiles. Hermes possuía 18 munições restantes no cartucho de sua arma, mas conseguiu controlar sua ira e, arrependido, levou Aquiles ao hospital. Apesar de ter sofrido ferimento que lhe gerou perigo à vida, devido ao rápido atendimento médico, Aquiles sobreviveu e, como ficou livre de sequelas, retomou suas ocupações habituais em uma semana. Atualmente, Hermes, Diana e Aquiles mantêm relação de amizade. Com base na situação hipotética narrada, assinale a opção que indica, corretamente, o delito praticado por Hermes.

- a) Tentativa de homicídio.**
- b) Crime de lesão corporal de natureza leve.**
- c) Crime de lesão corporal de natureza grave.**
- d) Crime de exercício arbitrário das próprias razões.**

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema arrependimento eficaz.

A alternativa A está incorreta. No caso narrado houve o arrependimento eficaz, consistente no ato de Hermes levar Aquiles ao hospital, impedindo que sua vida fosse ceifada pelo ato violento, conforme dispõe o Código Penal no Art. 15 “O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.”;

A alternativa B está incorreta. Hermes irá de fato responder pela lesão corporal, porém esta não foi de natureza leve, pois houve perigo de vida, logo lesão corporal de natureza grave;

A alternativa C está correta. A lesão corporal praticada por Hermes foi de natureza grave, conforme dispõe o Art. 129 do Código Penal: “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: II - perigo de vida.”;

A alternativa D está incorreta. O crime do exercício arbitrário das próprias razões está previsto no Art. 345 do Código Penal: “Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite.” Ocorre quando a pretensão é legítima, o que não é o caso, pois a traição da esposa não confere legitimidade à tentativa de homicídio.

QUESTÃO 63. No dia 10 de agosto de 2023, foi publicada a decisão de rejeição da queixa-crime relativa ao crime de injúria (pena: um a seis meses de detenção), que teria sido praticado por Maria Aparecida contra Augusto. Augusto, inconformado com a sentença, procurou você, como advogado(a), para se insurgir contra a decisão de rejeição da exordial acusatória.

Assinale a opção que indica, corretamente, o recurso cabível para o caso.

a) Agravo.

b) Apelação.

c) Recurso Inominado.

d) Recurso em Sentido Estrito.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata sobre o tema recursos.

A alternativa A está incorreta. Não cabe agravo, em sede de execução há o recurso de agravo em execução, todavia no caso concreto o processo sequer resultou em condenação, pois houve a rejeição da queixa crime;

A alternativa B está correta. O crime cometido foi de menor potencial ofensivo, por esta razão será aplicada a Lei 9.099/1995, que dispõe em seu art. 82 que: “Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.”;

A alternativa C está incorreta. Não se trata de hipótese de recurso uninominado e sim do recurso de apelação, conforme prevê expressamente o art.82 da Lei nº 9.099/1995: “Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.”;

A alternativa D está incorreta. Caso não fosse hipótese de crime de menor potencial ofensivo, sujeito portanto ao rito sumário ou ordinário, caberia o Recurso em Sentido Estrito, contudo, por se tratar de hipótese de competência dos Juizados Especiais Criminais, aplica-se o art.82 da Lei nº 9.099/1995: “Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.”.

QUESTÃO 64. Cauã e Mayara são indígenas integrados e mantêm relação íntima de afeto, sendo residentes em comunidade tradicional. Certo dia, motivado por ciúmes, Cauã agrediu Mayara, atingindo-a no rosto, fato que ocasionou uma lesão corporal leve. Sobre a orientação assumida pelo(a) advogado(a) de defesa de Mayara, assinale a afirmativa correta.

a) A ação penal é pública e incondicionada, por se tratar de disputa sobre direito indígena, de competência da Vara Criminal da Justiça Estadual.

b) A ação penal depende de representação da ofendida e seguirá o rito do Juizado Especial Criminal, perante a Justiça Federal, pelo fato de envolver indígenas como autor e vítima.

c) A ação penal é pública e incondicionada, por se tratar de violência doméstica e familiar contra a mulher, e a competência para julgamento é da Justiça Federal, em razão de envolver indígenas.

d) A ação penal é pública e incondicionada, e a competência para julgamento é do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, ante a relação íntima de afeto existente entre autor e vítima.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata sobre o tema procedimento nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de disputa sobre direito indígena, a situação narrada demonstra que ocorreu um crime de violência doméstica e familiar contra a mulher. O enunciado ainda ressalta o fato de serem indígenas integrados, afastando qualquer discussão sobre a imputabilidade ou atração para a justiça federal;

A alternativa B está incorreta. Conforme já disposto não se trata de direito indígena, haja vista ambos serem integrados. Sobre a ação penal, esta é incondicionada, conforme dispõe a Súmula 542 do STJ: “A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.”;

A alternativa C está incorreta. O erro da alternativa é afirmar que a competência será da Justiça Federal, pois, conforme já demonstrado, não se trata de crime que afete interesse específico da comunidade indígena, ademais os indígenas são integrados;

A alternativa D está correta. De fato, a competência será da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, pois se trata de indígenas integrados e a demanda não envolve interesse da Justiça Federal. Conforme dispõe a Lei Maria da Penha no art. 14: “Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.”. Em relação à ação penal, esta será pública incondicionada, conforme dispõe a Súmula 542 do STJ: “A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.”;

QUESTÃO 65. Peterson teve sua prisão temporária decretada pelo prazo de trinta dias, ao ser investigado pela prática do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, disposto no Art. 302 da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), cuja pena cominada

é de dois a quatro anos de detenção. A decisão foi fundamentada na necessidade da coleta de provas imprescindíveis durante a investigação policial.

Você foi procurado(a), como advogado(a), para atuar no melhor interesse de Peterson, no primeiro dia da sua prisão.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o pedido cabível tendo em vista os interesses de seu cliente.

a) A liberdade provisória com arbitramento de fiança, pois a pena máxima do crime não ultrapassa quatro anos.

b) A liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois não demonstrada imprescindibilidade da medida. a

c) O relaxamento imediato da prisão ilegal, pois o crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor não está no rol dos crimes que autorizam a prisão temporária.

d) O relaxamento da prisão ilegal a partir do quinto dia de prisão, pois a prática do homicídio culposo na direção de veículo automotor não configura crime hediondo e o prazo da prisão temporária deveria ser de 5 dias, e não, de 30 dias.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata sobre o tema prisão.

A alternativa A está incorreta. No caso concreto se trata de uma prisão temporária irregular, pois não atendido ao rol taxativo da lei, razão pela qual o pedido correto é o de relaxamento;

A alternativa B está incorreta. Não se trata de hipótese na qual caiba a prisão temporária, tampouco a sua substituição por medidas cautelares, pois em descompasso com o que prevê a legislação.

A alternativa C está correta. O crime praticado por Peterson não se encontra no rol taxativo dos crimes que possibilitam a decretação da prisão temporária. Dispõe a Lei nº 7.960/1989 em seu art.1º que : “Caberá prisão temporária III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: a) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º); b) seqüestro ou cárcere privado (art. 148, caput, e seus §§ 1º e 2º);c) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º);d) extorsão (art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º);e) extorsão mediante seqüestro (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º);f) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único); (Vide Decreto-Lei nº 2.848, de 1940)g) atentado violento ao pudor (art. 214, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único); (Vide Decreto-Lei nº 2.848, de 1940);h) rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223 caput, e parágrafo único); (Vide Decreto-Lei nº 2.848, de 1940);i) epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º); j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285);l) quadrilha ou bando (art. 288), todos do Código Penal; m) genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de sua formas típicas; n) tráfico de drogas (art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976); o) crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986); p) crimes previstos na Lei de Terrorismo;

A alternativa D está incorreta. O crime praticado, homicídio culposo na direção de veículo, não está presente no rol taxativo dos crimes que admitem a prisão temporária.

QUESTÃO 66. André foi denunciado por ter subtraído a bolsa de Márcia, mediante rompimento de obstáculo. A subtração foi legitimamente comprovada no processo, porém, não obstante tenha o rompimento de obstáculo deixado vestígios, não foi realizada qualquer perícia, sem justificativa plausível. Finda a instrução, manifestou-se o Ministério Público pela condenação, conforme a denúncia, sem requerer qualquer diligência.

Dada a palavra ao(à) advogado(a) de André, em alegações finais defensivas, este(a) deve requerer

a) a absolvição sumária de André, por não constituir o fato infração penal.

b) o afastamento da qualificadora do furto, desclassificando a conduta para furto simples.

c) a nulidade do processo desde o recebimento da denúncia, a fim de que seja realizada a prova pericial.

d) a conversão do julgamento em diligência, a fim de que se realize prova pericial para comprovar a existência do rompimento de obstáculo.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema provas.

A alternativa A está incorreta. André cometeu o crime de furto, logo não pode ser alegada a atipicidade da conduta de modo a absolvê-lo sumariamente;

A alternativa B está correta. Dispõe o Código de Processo Penal que: “Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.” Assim, considerando que o crime deixou vestígios e que a prova não foi produzida por quem têm este ônus, o Ministério Público, deverá ser afastada a qualificadora;

A alternativa C está incorreta. Não se pode decretar a nulidade desde a denúncia, pois houve a comprovação da autoria e materialidade do delito, apenas não sendo configurada a qualificadora do rompimento de obstáculo;

A alternativa D está incorreta. A atuação como advogado demanda a atuação para defender os interesses do acusado André, requerer a conversão do julgamento em diligência a fim de provar uma qualificadora que seria prejudicial ao cliente não se mostra razoável.

QUESTÃO 67. Foi oferecida denúncia em face de Samuel, pelo delito de furto, que foi distribuída ao Juízo competente, tendo havido regular instrução processual. Os autos foram conclusos para

sentença, porém, o Juiz titular, que presidiu a instrução, afastou-se por dois dias para participar de um curso oficial.

Por isso, a Corregedoria do Tribunal designou Juiz substituto para atuar naquele Juízo. O Magistrado substituto prolatou a sentença, condenando Samuel, com base na prova oral colhida, ainda que nenhuma urgência houvesse nesse processo.

Com base nas informações do enunciado, assinale a opção que indica a alegação que você, como advogado(a) de Samuel, deve apresentar.

- a) Violação ao princípio da identidade física do Juiz, causa de nulidade relativa da sentença.**
- b) Suspeição do Magistrado que prolatou a sentença, como preliminar de mérito na apelação.**
- c) Impedimento do Magistrado que prolatou a sentença, causa de nulidade absoluta da decisão.**
- d) Violação ao princípio do Juiz Natural, pois deveria ter havido sorteio entre os Juízes substitutos, e não, a designação por livre escolha da Corregedoria do Tribunal.**

Comentários

A banca apontou como alternativa certa a **letra A**, porém a nossa equipe entende que a letra D também está correta, razão pela qual caberá recurso para anulação da questão. A questão trata do princípio do juiz natural.

A alternativa A está correta. Conforme prevê o Código de Processo Penal no art. 399 § 2º: “O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.” No caso concreto, o afastamento do juiz por apenas dois dias para a realização do curso não é causa suficiente para o afastamento deste princípio;

A alternativa B está incorreta. Não se trata de hipótese de suspeição do magistrado, prevista no Código de Processo Penal no Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles; II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia; III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes; IV - se tiver aconselhado qualquer das partes; V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes; VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.”;

A alternativa C está incorreta. Também não se trata de hipótese de impedimento, conforme dispõe o Art. 252 do Código de Processo Penal: “O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que: I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito; II - ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha; III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão; IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.”;

A alternativa D está correta. Embora a banca não tenha apontado esta alternativa como a certa, caso existam outros juízes no Tribunal, em caso de afastamento do magistrado a substituição deverá ser realizada por sorteio, a fim de preservar o princípio do juiz natural.

QUESTÃO 68. Flávio foi preso em flagrante junto com outros três indivíduos, todos acusados pela prática do crime de roubo, disposto no Art. 157 do CP. Flávio permaneceu preso preventivamente durante o processo. Na audiência de instrução e julgamento, uma das testemunhas arroladas pela defesa afirmou que, no dia dos fatos, Flávio estava trabalhando na loja de material de construção que funcionava na frente do local onde os autores do fato estavam praticando o crime, e acabou sendo preso junto com os outros acusados. A testemunha também mencionou que a loja possui sistema de monitoramento de segurança, e que o dono da loja guardou imagens desse dia, para fornecê-las em sede policial se isso fosse demandado. O interrogatório dos réus foi regularmente realizado.

Diante do fato narrado, assinale a opção que indica, corretamente, a medida jurídica que você, como advogado(a) de Flávio, deve adotar.

- a) Apresentar alegações finais por memoriais, requerendo as imagens da loja.**
- b) Requerer diligências para oficial à loja de material de construções para que forneça as imagens do dia dos fatos.**
- c) Apresentar alegações finais orais em audiência, com pedido de absolvição sumária, diante do depoimento da testemunha.**
- d) Requerer a nulidade da audiência de instrução e julgamento, pois as imagens da loja não foram apresentadas em sede policial.**

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema provas.

A alternativa A está incorreta. As alegações finais são produzidas em fase posterior à instrução probatória, assim não seria o momento processual adequado, perderia-se a oportunidade de produzir prova benéfica ao acusado;

A alternativa B está correta. Conforme dispõe o Código de Processo Penal no art. 402: "Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.";

A alternativa C está incorreta. A absolvição sumária não é cabível no caso concreto, pois não demonstrada nenhuma das hipóteses previstas no Código de Processo Penal que dispõe no art. 397 que: "Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver

sumariamente o acusado quando verificar: I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente.”;

A alternativa D está incorreta. O pedido cabível é no sentido de produção da prova na fase de instrução processual, o fato de as imagens não terem sido apresentadas na delegacia não impede que, dentro do momento processual adequado, a prova seja produzida.

QUESTÃO 69. Manoel, mecânico de manutenção, após acidente durante sua atividade remunerada, recebeu benefício por incapacidade temporária durante dois anos. Antes da alta previdenciária, foi encaminhado para a reabilitação profissional, na qual se identificou a necessidade de utilização de prótese e fisioterapia, sem necessidade de transfusão de sangue ou cirurgia, em local conveniado com o INSS.

Nesse contexto hipotético, assinale a afirmativa correta.

- a) No seu processo de reabilitação profissional está incluído o transporte, quando necessário.**
- b) Manoel poderia se recusar a fazer a reabilitação profissional, pois a lei não a indica como etapa obrigatória a ser observada pelos segurados.**
- c) A reabilitação profissional permitirá seu retorno à atividade remunerada, na qual contará com estabilidade provisória de 5 anos.**
- d) A reabilitação profissional não compreende o fornecimento de aparelhos de prótese, de órtese e de instrumentos de auxílio para locomoção.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre reabilitação profissional.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 89, parágrafo único, "c" da Lei 8.213/91 a reabilitação profissional inclui, entre outros serviços, o transporte para o deslocamento do segurado, quando necessário, para a realização das sessões ou procedimentos do programa. Vejamos: “Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive. Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende: [...] c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.”

A alternativa B está incorreta. A reabilitação profissional é uma etapa obrigatória para os segurados que, por motivo de doença ou acidente, perdem a capacidade para sua atividade habitual. A recusa em participar do programa, sem justificativa, pode levar à suspensão ou cancelamento do benefício por incapacidade, conforme o art. 101 da Lei nº 8.213/91. A saber: “Art. 101. O segurado em gozo de auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou aposentadoria por incapacidade permanente e o pensionista inválido, cujos benefícios tenham sido concedidos judicial ou administrativamente, estão

obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a: [...] II - processo de reabilitação profissional prescrito e custeado pela Previdência Social;"

A alternativa C está incorreta. O período de estabilidade após o retorno de um benefício por incapacidade acidentária é de 12 meses, conforme a literalidade do art. 118 da Lei nº 8.213/91: "Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente."

A alternativa D está incorreta. A afirmativa está contrária a lei. O art. 89 da Lei nº 8.213/91 estabelece que a reabilitação profissional compreende, sim, o fornecimento desses aparelhos. Vejamos: "Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive. Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende: a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;" O caso de Manoel, que precisa de uma prótese, se encaixa perfeitamente nesse direito.

QUESTÃO 70. Humberto Alves, profissional liberal, desempenha a atividade de eletricista autônomo, prestando serviço a diversos clientes, todos pessoas físicas, mediante remuneração e sem relação de emprego.

Sobre o enquadramento de Humberto Alves como trabalhador autônomo no RGPS, assinale a afirmativa correta.

- a) Ele é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social.**
- b) Ele não poderá obter aposentadoria por idade ou por incapacidade permanente.**
- c) Ele, por não possuir relação de emprego, é dispensado de quaisquer recolhimentos previdenciários.**
- d) Ele se qualifica como segurado trabalhador avulso do Regime Geral de Previdência Social.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre segurado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 11, V, "h" da Lei 8.213/91, classifica como segurado obrigatório do RGPS "quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego". Embora o exemplo cite pessoas físicas, a categoria de contribuinte individual abrange todos os profissionais autônomos que exercem atividade remunerada, sem vínculo trabalhista. Humberto, ao prestar serviço de forma autônoma (sem vínculo de emprego),

se enquadra na categoria de contribuinte individual. Portanto, ele é um segurado obrigatório e deve contribuir para a Previdência Social.

A alternativa B está incorreta. O direito a esses benefícios depende apenas do cumprimento dos requisitos legais, como carência e tempo de contribuição.

A alternativa C está incorreta. O fato de não ter um empregador não o isenta da contribuição. Como contribuinte individual, a responsabilidade de recolher as contribuições previdenciárias é sua. O recolhimento é obrigatório para que ele mantenha a qualidade de segurado e tenha acesso aos benefícios do RGPS.

A alternativa D está incorreta. A categoria de trabalhador avulso é específica para quem presta serviços a diversas empresas, com intermediação obrigatória de um órgão gestor de mão de obra (OGMO) ou de um sindicato. Os exemplos mais comuns são os portuários e os estivadores. Humberto, como eletricitista autônomo, não se encaixa nessa definição, pois não tem a intermediação de um órgão de classe para sua contratação.

QUESTÃO 71. Guilherme, engenheiro responsável por obras de infraestrutura, trabalha para uma sociedade empresária há cinco anos. Ao longo dos últimos 4 anos sempre desfrutou de 30 dias de férias corridos.

Em janeiro de 2024, ao verificar a incidência de numerosos feriados ao longo do ano, ele pretendeu fracionar suas férias. Assim sendo, procurou você, como advogado(a), para orientá-lo sobre a possibilidade de fracionar os 30 dias de férias a que tem direito.

Acerca do interesse do seu cliente, assinale a opção que indica, corretamente, a orientação a ser dada.

a) Ele não pode fracionar as férias porque não usufruiu desse direito nos últimos quatro anos, mas tem o direito de converter 1/3 em pecúnia.

b) Ele pode fracionar as férias em 3 períodos de 10 dias consecutivos cada, para fazer coincidir com os numerosos feriados observados ao longo do ano.

c) Ele pode fracionar as férias em períodos inferiores a cinco dias, contados em dias úteis, de modo a coincidir, ou no início ou no término, com os feriados.

d) Ele pode fracionar as férias em até 3 períodos, desde que um deles não seja inferior a 14 dias corridos, cada um.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das férias.

A alternativa D está correta. Guilherme poderá usufruir das férias em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco

dias corridos, cada um. Além disso, poderá converter (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário. Veja a literalidade da CLT: "Art. 143. É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes. Art. 134 - As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. § 1 Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um".

QUESTÃO 72. Pedro é caixa em um banco comercial desde 2022, e sua jornada contratual é de 2ª a 6ª feira, das 10 às 16 horas, com intervalo de 15 minutos para refeição. Ocorre que, na prática, diante do grande volume de trabalho, Pedro trabalha de 2ª a 6ª feira, das 10 às 18 horas, com intervalo de 15 minutos.

Sobre o intervalo, considerando os fatos e a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) A jornada cumprida por Pedro não credencia qualquer intervalo.**
- b) Pedro terá direito a um intervalo de 15 minutos diários, já aproveitado.**
- c) Pedro receberá, a título indenizatório, 45 minutos diários com adicional de 50%.**
- d) O empregado deverá receber 55 minutos de horas extras diárias acrescidas de 50%.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos períodos de descanso.

A alternativa C está correta. Já que o trabalho de Pedro excede as seis horas diárias, ele tem direito ao intervalo de alimentação de no mínimo uma hora. Porém ele somente usufruiu de 15 minutos de intervalo, por tanto, a empresa terá que pagar a título indenizatório, os 45 minutos diários de intervalo a que ele tinha direito e não desfrutou, com adicional de 50%. Veja a literalidade da CLT: "Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas. § 4 A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho".

QUESTÃO 73. Eduarda estava radiante porque ficou grávida de seu primeiro filho, um sonho que acalentou durante muitos anos. Ocorre que, em virtude de problemas de saúde, Eduarda sofreu um aborto espontâneo na 6ª semana da gravidez. Sobre a situação de Eduarda, nos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Ela poderá se afastar do trabalho por um período de 30 dias.
- b) Ela terá direito a um repouso remunerado de duas semanas.
- c) Ela terá direito ao mesmo período da licença-paternidade, ou seja, 5 dias.
- d) Ela não terá direito a qualquer período de repouso, por faltar previsão legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da proteção à maternidade.

A alternativa B está correta, pois em caso de aborto espontâneo, a trabalhadora tem direito a um repouso remunerado de duas semanas, nos termos da CLT: "Art. 395 - Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento".

QUESTÃO 74. Giovana encontra-se em auxílio temporário por incapacidade (auxílio-doença) há 6 anos, permanecendo, basicamente, em sua residência, realizando afazeres domésticos. Não há impossibilidade de Giovana realizar os atos da vida civil de maneira geral, mas está limitada em sua capacidade laborativa. Em 2024, Giovana lembrou que, no mês anterior ao início do seu benefício previdenciário, realizou várias horas extras, que pretende reivindicar judicialmente, e para tanto o(a) procura, como advogado(a), para obter uma orientação. Considerando esses fatos e o entendimento consolidado do TST, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) Desaconselhável a demanda, porque a prescrição que vier a ser suscitada impedirá a análise do suposto direito.
- b) Haverá prescrição extintiva bienal porque a ação não foi ajuizada nos 2 anos seguintes à concessão do benefício.
- c) A prescrição para quem está recebendo benefício previdenciário é trintenária, daí o pedido de horas extras ser viável.
- d) Não corre prescrição parcial porque o contrato se encontra suspenso e, por isso, a prescrição não flui contra Giovana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da suspensão da prescrição.

A alternativa B está correta, já que Giovana não obteria sucesso em sua demanda, pois é uma empregada afastada recebendo auxílio-doença, por tanto, possui seu contrato suspenso, nos termos da CLT. Além disso, nos termos da OJ 375 do TST, a suspensão do contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença não impede a fluência da prescrição quinquenal. Conforme informa o enunciado, Giovana está afastada

há 6 anos, por tanto, sua pretensão está prescrita. Veja literalidade da CLT: "Art. 475. O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício". OJ 375 da SDI-1 do TST: "A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, não impede a fluência da prescrição quinquenal, ressalvada a hipótese de absoluta impossibilidade de acesso ao Judiciário".

QUESTÃO 75. Você foi consultado, na qualidade de advogado(a), por quatro mulheres trabalhadoras (Ligia, Paula, Geórgia e Sílvia), acerca de situações específicas que ocorreram no mercado de trabalho.

Ligia indagou sobre um anúncio de emprego para chefe de cozinha que continha expressa referência à preferência por homens.

Paula teria sido preterida em promoção, porque estava grávida de 6 meses e entraria em licença-maternidade em pouco tempo.

De Geórgia, na entrevista de emprego, foi exigido, como condicionante da contratação, o atestado de que não estaria grávida.

Sílvia perguntou acerca de um anúncio de empregos exclusivos para homens, no qual havia a descrição dos serviços como sendo de transporte, armazenagem e movimentação de cargas de 30 kg, sem o auxílio de meios mecânicos.

Acerca da sua resposta às quatro consultas, assinale a afirmativa correta.

- a) Todas as exigências são legítimas, porque estão contidas no poder empregatício.**
- b) Todas as exigências são ilegítimas, pois violam os direitos da mulher e demonstram discriminação no mercado de trabalho.**
- d) As exigências nos casos de Ligia, Paula e Geórgia são ilegais, por violarem direitos das mulheres; em relação ao caso de Sílvia, a exigência é legítima.**
- d) As exigências relacionadas a Paula e a Geórgia são ilícitas, pois ferem o direito à maternidade, sendo as demais justificáveis, com base nas naturais exigências do mercado de trabalho.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da discriminação contra a mulher.

A exigência feita a Ligia é ilegal. A expressa preferência por contratar um homem para o cargo de chefe de cozinha é vedada, pois não pode ser recusado emprego em razão do sexo. A exigência feita a Paula é ilegal. A recusa de promoção por estar a funcionária grávida é vedada pela legislação trabalhista. A exigência feita a Geórgia é ilegal. Exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego é vedado pela legislação trabalhista.

A exigência feita a Silvia é legal, já que a legislação dispõe que é de 60 kg o peso máximo que um empregado pode remover individualmente.

A alternativa C está correta, pois as exigências nos casos de Ligia, Paula e Geórgia são ilegais, por violarem direitos das mulheres; em relação ao caso de Sílvia, a exigência é legítima. Veja a literalidade da CLT: "Art.198. É de 60 kg (sessenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher. Art. 373-A. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado: II - recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível; IV - exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego;".

QUESTÃO 76. Sandra trabalhou na sociedade empresária Sorvete Saboroso Ltda. por 3 anos, como atendente de loja. Após ser dispensada em 2024, Sandra ajuizou reclamação trabalhista contra a ex-empregadora requerendo equiparação salarial com a funcionária Maria, que exercia a mesma função, mas recebia salário superior. Apresentada a defesa, os pontos controvertidos definidos foram: diferença na perfeição técnica entre as empregadas e diferença superior a quatro anos no tempo de serviço para o empregador.

Considerando a distribuição estática do ônus da prova e os termos a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) A empresa caberá provar a diferença na perfeição técnica e a diferença superior a quatro anos no tempo de serviço entre as cotejadas.**
- b) À empresa caberá provar a diferença superior a quatro anos no tempo de serviço e, à empregada, a diferença na perfeição técnica.**
- c) À empregada caberá provar a diferença superior a quatro anos no tempo de serviço para o empregador e, à empresa, a diferença na perfeição técnica.**
- d) À empregada caberá provar a diferença na perfeição técnica e a diferença superior a quatro anos no tempo de serviço entre as cotejadas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre ônus da prova.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 818 da CLT cabe à empresa o ônus de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do empregado. Vejamos: "Art. 818. O ônus da prova incumbe: I - ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante."

A alternativa B está incorreta. Ambas as provas são ônus do empregador, pois são fatos impeditivos do direito à equiparação.

A alternativa C está incorreta. O ônus da prova não pode ser dividido dessa forma. A prova de ambos os fatos cabe ao empregador, nos termos do art. 818 da CLT.

A alternativa D está incorreta. A empregada, Sandra, tem o ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito (identidade de função, empregador, local de trabalho), mas não os fatos impeditivos alegados pela empresa. A prova desses fatos é do empregador.

QUESTÃO 77. Você é advogado(a) de uma sociedade empresária que figura como ré em quatro ações na Justiça do Trabalho.

Uma ação versa sobre a dispensa de um empregado que aderiu a uma greve. Outra, sobre indenização por dano moral, em razão de suposto assédio moral praticado por um superior hierárquico de um empregado. A terceira versa sobre horas extras. E a quarta, versa exclusivamente sobre cobrança de contribuições previdenciárias supostamente não efetuadas pelo empregador ao longo de um contrato de trabalho de um outro empregado.

Sobre a competência da Justiça do Trabalho nas quatro ações apresentadas, assinale a afirmativa correta.

- a) A Justiça do Trabalho é competente para todos os pedidos formulados nas ações.**
- b) A competência para o pedido de indenização por danos morais é da Justiça Comum.**
- c) A Justiça do Trabalho não tem competência para os dissídios oriundos de direito de greve.**
- d) A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar o pedido de cobrança de contribuições previdenciárias supostamente não efetuadas pelo empregador.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está incorreta. A Justiça do Trabalho tem competência para a maioria dos pedidos, mas não para todos.

A alternativa B está incorreta. A competência para julgar ações de indenização por dano moral decorrente da relação de trabalho é da Justiça do Trabalho, conforme o art. 114, inciso VI, da Constituição Federal. Vejamos: “Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;”

A alternativa C está incorreta. A Constituição Federal, no art. 114, inciso II, atribui expressamente à Justiça do Trabalho a competência para julgar dissídios decorrentes de exercício do direito de greve. A

saber: “Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: II as ações que envolvam exercício do direito de greve;”

A alternativa D está incorreta. O art. 114, inciso VIII, da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, 'a', e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. A súmula 368, I, do TST, e o art. 876, parágrafo único, da CLT, reforçam essa competência. A única ressalva é que a competência se limita às contribuições previdenciárias devidas durante o contrato de trabalho, não abrangendo a cobrança de contribuições gerais. Portanto, a Justiça do Trabalho tem, sim, competência para esse pedido. Vejamos a jurisprudência nesse sentido: “DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. IMPOSTO DE RENDA. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO. FORMA DE CÁLCULO. FATO GERADOR. I - A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição. (ex-OJ nº 141 da SBDI-1 - inserida em 27.11.1998). II - É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultantes de crédito do empregado oriundo de condenação judicial. A culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias, contudo, não exime a responsabilidade do empregado pelos pagamentos do imposto de renda devido e da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte. (ex-OJ nº 363 da SBDI-1, parte final) III - Os descontos previdenciários relativos à contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, devem ser calculados mês a mês, de conformidade com o art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/1999 que regulamentou a Lei nº 8.212/1991, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição (ex-OJs nºs 32 e 228 da SBDI-1 inseridas, respectivamente, em 14.03.1994 e 20.06.2001). IV - Considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo, para os serviços prestados até 4.3.2009, inclusive, o efetivo pagamento das verbas, configurando-se a mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Eficácia não retroativa da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009, que deu nova redação ao art. 43 da Lei nº 8.212/91. V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do esgotamento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.430/96). VI - O imposto de renda decorrente de crédito do empregado recebido acumuladamente deve ser calculado sobre o montante dos rendimentos pagos, mediante a utilização de tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que se refiram os rendimentos pelos valores constantes da tabela progressiva mensal correspondente ao mês do recebimento ou crédito, nos termos do art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22/12/1988, com a redação conferida pela Lei nº 13.149/2015, observado o procedimento previsto nas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil.”

QUESTÃO 78. No bojo de uma execução que tramita perante a 100ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, o Juiz, após conceder vista ao executado, homologou o cálculo apresentado pelo exequente e fixou a dívida em R\$ 20.000,00. O executado pretende se valer do parcelamento da dívida na forma do CPC, subsidiariamente aplicado ao Processo do Trabalho.

Considerando esses fatos e de acordo com a legislação em vigor, sabendo-se que não há oposição do credor, assinale a afirmativa correta.

a) executado poderá honrar a dívida em 5 parcelas iguais e Sucessivas e, após garantido o Juízo, apresentar embargos à execução.

b) O executado depositará 30% da execução acrescido de custas e honorários advocatícios, e o restante, em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês.

c) A pretensão não terá sucesso porque o parcelamento somente é possível quando o valor homologado for o cálculo apresentado pelo executado.

d) Caberá à sociedade empresária apresentar metade do valor juntamente com uma petição onde irá requerer o parcelamento, devendo pagar o restante em três parcelas iguais e sucessivas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre execução trabalhista.

A alternativa A está incorreta. A Lei não prevê esse número de parcelas para o parcelamento na execução.

A alternativa B está correta. Conforme Art. 916 do CPC, esta alternativa descreve exatamente o procedimento do CPC, os quais são aplicados de forma subsidiária e supletiva ao processo do trabalho. Vejamos: “Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.”

O executado pode requerer o parcelamento da dívida, depositando 30% do valor (incluindo custas e honorários) e pagando o restante em até seis parcelas mensais, com juros e correção.

A alternativa C está incorreta. O parcelamento é uma faculdade do devedor e pode ser aplicado sobre o valor homologado pelo juízo, independentemente de quem apresentou o cálculo.

A alternativa D está incorreta. A lei não exige o depósito de 50% do valor nem o parcelamento em três parcelas.

QUESTÃO 79 Helena foi empregada de uma sociedade empresária de fevereiro de 2022 a janeiro de 2024, quando foi dispensada sob a alegação de justa causa.

Ciente de que não fez absolutamente nada de errado, e considerando que sua única testemunha é uma outra ex-funcionária que se encontra enferma e terá pouco tempo de vida, Helena ajuizou,

em março de 2024, uma ação para produção antecipada de provas, distribuída por sorteio para a 950ª Vara do Trabalho de São Paulo.

Na referida ação foi colhido o depoimento da testemunha, que pouco depois veio a falecer. Arquivada a produção antecipada de provas, Helena pretende ajuizar reclamação trabalhista para anular a justa causa aplicada, valendo-se inclusive do testemunho da finada. Sobre o fato narrado, considerando o disposto na norma de regência, assinale a afirmativa correta.

a) A ação deverá ser distribuída ao Juízo da 950ª Vara do Trabalho de São Paulo, que é prevento para apreciar a lide.

b) A reclamação trabalhista será livremente distribuída a uma das Varas do Trabalho de São Paulo.

c) Qualquer Juízo do Trabalho poderá apreciar a demanda na localidade de São Paulo, exceto a 950ª Vara, que já realizou parte da instrução e formou juízo de valor.

d) Far-se-á a distribuição por dependência à 950ª Vara do Trabalho de São Paulo, cabendo ao(à) advogado(a) do réu suscitar exceção de suspeição, caso o mesmo Magistrado que instruiu a produção antecipada da prova queira julgar a causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre provas, mais especificamente, produção antecipada.

A alternativa A está incorreta. O procedimento de produção antecipada de provas não torna o juízo prevento para a ação principal. Vejamos o que diz o CPC em seu art. 381, §3º: § 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

A alternativa B está correta, segundo o art. 381, § 3º, do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, a produção antecipada de prova não torna o juízo prevento para a ação futura. Vejamos: “Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: § 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta. Assim, a reclamação trabalhista principal pode ser distribuída livremente para qualquer Vara do Trabalho.

A alternativa C está incorreta. A ideia de que o juiz formou juízo de valor e, por isso, não poderia julgar a causa principal não é aplicável. A lei somente estabelece que a produção antecipada de prova não gera prevenção.

A alternativa D está incorreta. A distribuição por dependência não é a regra. Como a produção antecipada de prova não gera prevenção, a distribuição da ação principal é livre.

QUESTÃO 80. Soraya integrava o contrato social de uma sociedade empresária, mas se afastou dela em janeiro de 2019 e registrou sua saída perante a Junta Comercial em dezembro de 2021. Joana foi empregada da sociedade empresária em questão de abril de 2019 a setembro de 2022,

tendo ajuizado reclamação trabalhista em outubro de 2023. Obteve vitória judicial e iniciou a execução em janeiro de 2025. Não tendo a sociedade empresária solvabilidade, requereu o direcionamento da execução contra os sócios atuais, sem êxito. Então, requereu que a execução fosse feita em relação à Soraya. Considerando esses fatos e o que prevê a CLT, assinale a afirmativa correta.

a) É possível a execução de Soraya porque, entre a averbação de sua saída e o ajuizamento da ação, transcorreu prazo inferior a 2 anos.

b) Uma vez que entre o afastamento de Soraya e o início da execução transcorreu prazo superior a 2 anos, ela não poderá ser executada.

c) Entre o afastamento de Soraya e o ajuizamento da ação transcorreu prazo superior a 2 anos, pelo que a ex-sócia não poderá ser executada.

d) Tendo sido sócia à época da prestação dos serviços de Joana, e enriquecido com o seu labor, Soraya pode ser executada a qualquer tempo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre execução trabalhista, especificamente, a responsabilidade do ex-sócio.

A alternativa A está correta, conforme Art. 10-A da CLT, o sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato social. Soraya se retirou em janeiro de 2019 e a saída foi registrada em dezembro de 2021. Vejamos: “Art. 10-A. O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência: I - a empresa devedora; II - os sócios atuais; e III - os sócios retirantes. Parágrafo único. O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato. A reclamação trabalhista de Joana foi ajuizada em outubro de 2023, menos de dois anos após a averbação da saída, conforme o art. 10-A da CLT. Portanto, a execução contra Soraya é possível.

A alternativa B está incorreta. O que importa para a responsabilidade do ex-sócio é o prazo entre a averbação de sua saída e o ajuizamento da ação, e não o início da execução.

A alternativa C está incorreta. O prazo se conta a partir da averbação da saída na Junta Comercial, que ocorreu em dezembro de 2021. A ação foi ajuizada em outubro de 2023. O prazo é inferior a dois anos, o que permite a execução, consoante o art.10-A da CLT.

A alternativa D está incorreta. O art. 10-A da CLT estabelece um limite temporal de dois anos para a responsabilidade do sócio retirante, afastando a possibilidade de execução a qualquer tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica)